

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**PROEJA E INCLUSÃO SOCIAL:
QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO DE
EGRESSOS DO CURSO DE INFORMÁTICA DA EAFS/RS**

CLEUSA ROSANE FASSBINDER GOI

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PROEJA E INCLUSÃO SOCIAL:
QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO DE EGRESSOS DO
CURSO DE INFORMÁTICA DA EAFS/RS**

CLEUSA ROSANE FASSBINDER GOI

Sob a Orientação do Professor
José dos Santos Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Abril de 2009

371.425

G615p

T

Goi, Cleusa Rosane Fassbinder, 1961-
Proeja e inclusão social: qualificação,
emprego e desemprego de egressos do curso
de informática da EAFS/RS / Cleusa Rosane
Fassbinder Goi - 2008.
69 f. : il.

Orientador: José dos Santos Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa
de Pós-Graduação em Educação Agrícola.
Bibliografia: f. 62-65.

1. Ensino profissional - Teses. 2.
Educação de adultos - Teses. 3. Integração
social - Teses. 4. Ciência da computação -
Estudo e ensino - Teses. I. Souza, José
dos Santos, 1966-. II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa
de Pós-Graduação em Educação Agrícola.
III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

CLEUSA ROSANE FASSBINDER GOI

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

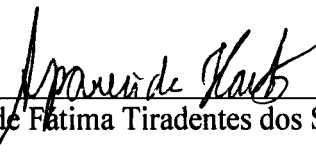
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26 de maio de 2009.



José dos Santos Souza, Dr. UFRRJ



Célia Regina Otranto, Dra. UFRRJ



Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos, Dra. FIOCRUZ

Dedico este trabalho...

*Ao meu esposo, Giovanni.
Aos meus filhos, Pablo, Peterson e Poliana.
Aos meus pais, por terem acreditado em mim
e souberam entender minha ausência neste
período.*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que comigo conviveram nesse período de aprendizado: os colegas de turma, os professores e os funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Às professoras Célia Regina Otranto e Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos, que gentilmente aceitaram o convite para participar da minha Banca de Defesa, contribuindo com suas valiosas sugestões para a melhoria do estudo.

Minha eterna gratidão ao Professor José dos Santos Souza, que me auxiliou durante este estudo, meu companheiro desta viagem, que com sua compreensão, dedicação e espírito de luta faz com que seus orientados cresçam e se tornem mestres.

À Direção da Escola Agrotécnica Federal de Sertão RS, pelas condições oferecidas durante a realização deste programa.

Aos que se empenham para o mesmo fim, meus colegas mestrados Lauri e Alexandre, pelo apoio e incentivo, quando das nossas dificuldades, e pela oportunidade de convivência e amadurecimento durante a realização deste programa.

Agradeço à minha família, em especial ao esposo Giovani; aos meus filhos Pablo, Peterson e Poliana, que com carinho e paciência, souberam entender o motivo das minhas ausências e pelo apoio incondicional; às minhas noras Juliana e Gabriela, pelo incentivo constante.

Aos meus queridos pais, que mesmo com pouco estudo, souberam transmitir amor, honestidade, perseverança, que com minha ausência prolongada durante este período, os fiz sofrer.

Aos alunos do PROEJA, em especial aos alunos da Turma 2006/9, pelo apoio e compreensão durante a realização deste estudo, pela compreensão, franqueza e pela acolhida carinhosa durante a realização das entrevistas, que com a coragem e vontade de vencer se tornam verdadeiros guerreiros.

RESUMO

GOI, Cleusa Rosane Fassbinder. **PROEJA e inclusão social: qualificação, emprego e desemprego de egressos do curso de Informática da EAFS/RS**. 2008. 68f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2008.

O texto faz uma reflexão sobre o PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos, implantado no Brasil em 2005, pelo Decreto nº 5478, modalidade educacional direcionada para atender aos excluídos pela sociedade e pela escola, que é parte integrante da sociedade. Em 2006, o governo emitiu o Decreto de Nº 5.840, tornando óbvio que seria mais um programa de inclusão social da política da reforma do ensino profissional do Governo Lula, voltada a uma população tradicionalmente excluída da educação regular que ultrapassaram a idade regular de escolarização. Diante desta realidade, é possível constatar inúmeras contradições entre o discurso e a realidade de programas que têm como propósito o resgate da dívida social acumulada ao longo do tempo junto às camadas populares. Tais contradições, muitas vezes, chegam até a comprometer o êxito desses programas. Uma questão se apresenta para investigação é se, apesar de a geração de emprego e renda não ser uma consequência da maior qualificação, mas de investimentos em capital fixo, em que aspecto o PROEJA poderá se constituir em uma alternativa concreta para os trabalhadores rurais da região se inserir e permanecerem no mercado de trabalho? A partir desta questão, estruturamos esta pesquisa, cujo objetivo é verificar se o Programa de Formação Integrada ao Ensino Profissional em Informática, oferecido pela EAFS/RS, no âmbito do PROEJA, tem contribuído para aumentar a qualificação de seus egressos, proporcionando-lhes melhores condições de ingresso e permanência no mercado de trabalho. Para a investigação proposta, tomamos como instrumentos de coleta de dados a literatura sobre o tema, fontes bibliográficas primárias (documentos oficiais, projetos da própria EAF investigada, documentos do processo seletivo) e realizamos a aplicação de questionários, observação participante, durante o Seminário de Auto-Avaliação realizado no final do programa e entrevistas após sete meses após a conclusão do programa com o objetivo de localizá-los e verificar a situação de cada um no que se refere à melhoria da qualidade de vida e inserção no mercado de trabalho dentro da área de formação.

Palavras-Chave: Inclusão Social, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Empregabilidade.

ABSTRACT

GOI, Cleusa Rosane Fassbinder. **PROEJA and social inclusion: qualification, employment and unemployment of the graduating students of EAFS/RS Informatics course.** 2008. 68 f. (Dissertation, Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2008.

This text is a reflection about PROEJA – Education Program for Youth and Adults, introduced in Brazil in 2005, by the Decree number 5478. The Program is an educational way directed to help people excluded by society and school, which is an integral part of society. In 2006, the government issued the Decree number 5840, with the clear idea that it was a program of social inclusion, according to the reform of professional education in Lula's government, directed to a population traditionally excluded from regular education, that exceeded the age for regular schooling. From this reality, it's possible to find many contradictions between the discourse and the reality of the programs that intend to rescue the social debit accumulated over the time with popular classes. Sometimes, these contradictions compromise the success of these programs. One issue presented for investigation is to verify if, despite the generation of employment and income is not a consequence of higher quality, but investment in fixed capital, how PROEJA could be a real alternative for the rural population from the region and how this population could remain in the labor market? From this question, we structured this research, whose goal is to verify how the Integrated Training Program for the Professional Education in Information Technology, offered by EAFS/RS, according to PROEJA, is contributing to increase the qualification of their graduates, providing them better admission conditions and possibilities to remain in the labor market. For the proposed research, we use as data collection the literature about the subject, primary bibliographic sources (official documents, projects from the EAF investigated, selection process documents) and we utilized the application of questionnaires, participant observation, during the Seminar of Self Assessment, that happened in the end of the program, and interviews after seven months after the completion of the program, with the objective to locate them and check the situation of them, if they improve their life quality and if they are integrated in the labor market within the formation area.

Key-words: Social Inclusion, Youth and Adult Education, Professional Education, Employability.

LISTA DE SIGLAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CRUZADA ABC	Cruzada Ação Básica Cristã
EAFS/RS	Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNEP	Fundo Nacional do Ensino Primário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos, Integrado ao Ensino Profissionalizante.
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
ADIFERS	Associação dos Dirigentes das Instituições de Ensino Federal do Rio Grande do Sul
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Coordenadoria de Educação Básica
FUNDEF	Fundo de desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
COAGRI	Coordenação Nacional do Ensino Agrícola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. CAPÍTULO I POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	3
1.1. Um Pouco da História da Educação Profissional no Brasil.....	3
2. CAPÍTULO II POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	11
2.1. Principais Projetos, Programas e Ações Brasileiras na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	17
2.2. A Implantação do PROEJA	23
2.3. A Importância da Educação de Jovens e Adultos para a Sociedade Brasileira	27
3. CAPÍTULO III O PROEJA NA EAFS/RS.....	30
4. CAPÍTULO IV QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO DE EGRESSOS DO CURSO DE INFORMÁTICA DA EAFS/RS	41
4.1. Perfil dos Alunos da Turma 2006/9	42
4.2. Avaliação do Curso e Auto-Avaliação	43
4.3. Avaliação da Escola.....	46
4.4. Entrevista com Egressos do PROEJA	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXOS.....	66

INTRODUÇÃO

A pesquisa situa-se no âmbito dos estudos da relação entre trabalho e educação, mais especificamente no debate sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seu impacto na formação dos trabalhadores. Nosso objeto de estudo é a EJA na forma como está posta na educação profissional, tomando como referência empírica o novo impulso que a modalidade de ensino ganhou a partir da implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O Programa foi implantado nas Instituições Federais de Ensino pelo Decreto Nº 5.478/2005, no âmbito do ensino médio. Contudo, o Decreto foi revogado pelo Decreto Nº 5.480/2006, que estende o PROEJA para toda a educação básica. Trata-se de um Programa direcionado para atender aos excluídos pela sociedade e pela escola ao longo do tempo e que, pelos mais variados motivos, não obtiveram a escolarização básica na idade considerada apropriada.

A investigação teve por finalidade compor um conjunto de informações que nos permitisse compreender os sentidos e significados da especificidade do PROEJA na EAFS/RS. Tal conhecimento certamente nos auxiliará na reflexão acerca da eficácia do PROEJA, no que se refere à qualificação dos jovens e adultos que, ao longo do tempo, foram excluídos da escola e necessitam urgentemente de qualificação e de inserção no mercado de trabalho. Em outro aspecto, a análise servirá como subsídio para conhecer o impacto do PROEJA da EAFS/RS no crescimento pessoal e profissional e responder algumas questões importantes, tais como: houve melhoria da qualidade de vida dos alunos envolvidos? Como o PROEJA na EAFS/RS está se estabelecendo como Programa de formação e acesso ao mundo do trabalho? Será que o PROEJA na EAFS/RS é um instrumento que visa à formação geral e profissional dos jovens e adultos? Será que, no decorrer do curso, os alunos já vislumbraram uma melhoria da qualidade de vida e se sentem motivados para continuar seus estudos?

Para a análise, partimos de uma revisão bibliográfica com o intento de situar a EJA no contexto da política educacional brasileira, especialmente o processo político que determinou a visão desta modalidade de ensino como direito de indivíduos que estão já há algum tempo fora da escola. Procuramos fazer um resgate das principais políticas públicas de EJA e de educação profissional implantadas no Brasil em 1957. Através da revisão da literatura foi possível constatar inúmeras contradições entre o discurso e a realidade de programas que têm como propósito o resgate da dívida social acumulada ao longo do tempo junto às camadas populares. Também foi a partir desta tarefa que ratificamos nossa compreensão de que essa modalidade de ensino deve ser considerada como elemento do novo cenário social, político e econômico decorrente do fenômeno da “globalização”, onde o capitalismo busca ampliar sua vocação monopolista, agora para além das fronteiras nacionais, cujo mentor intelectual e gerencial é nada menos do que o próprio Banco Mundial, amparado pelo discurso político-ideológico de promotor do desenvolvimento sócio-econômico e da conseqüente inclusão social.

Com base nas referências teóricas apreendidas da revisão da literatura, foi realizado um estudo de caso de uma turma de alunos do PROEJA, do Curso Técnico em Informática da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, no Rio Grande do Sul, que ingressou em março de 2006. Este estudo se deu através da análise de documentos oficiais da modalidade EJA/PROEJA, documentos do processo de seleção, plano de curso, aplicação de questionários¹, entrevistas e observação durante o processo de auto-avaliação por parte dos alunos, que teve seu auge no Seminário de Auto-Avaliação que foi realizado no final do curso.

O objetivo da pesquisa foi verificar se o Curso de Formação Integrada ao Ensino Profissional em Informática, oferecido pela EAFS/RS, no âmbito do PROEJA, contribuiu para aumentar a qualificação dos egressos da turma 2006/9, proporcionando-lhes melhores condições de ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Tomando como hipóteses o poder limitado da EJA e a visão estreita da qualidade de educação por ela proporcionada ao seu público alvo, a pesquisa permitiu compreender as contradições que essa modalidade de ensino desempenha neste universo escolar, bem como possibilitou traçar um perfil dos alunos que participaram do Programa e que depositavam nele expectativas de difícil realização.

Dentre as constatações que o trabalho proporcionou, estão: a comprovação estatística do fenômeno da exclusão dos alunos ainda em idade regular, tendo em vista a necessidade do precoce ingresso no mercado de trabalho. A percepção do senso comum presente na fala dos alunos quando estabelecem falsas relações entre trabalho e educação, trabalho e tecnologia, educação e desemprego, entre outras; a certificação como uma forte indutora do interesse dos alunos pelo PROEJA; a contradição que perpassa a educação proporcionada por essa modalidade de ensino como consequência das relações geradas pelo sistema capitalista. A positividade imediata do PROEJA, contudo, está no resgate de um direito historicamente negado a um contingente de trabalhadores no Brasil e que certamente poderia se constituir em um campo privilegiado da presença e manifestação das classes populares na luta por seus direitos de cidadania.

¹ O questionário foi elaborado com perguntas abertas e fechadas e as entrevistas gravadas após a conclusão do Curso.

1. CAPÍTULO I

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O período de industrialização nacional ocorrido entre 1930 a 1980 caracterizou-se pela escassez de políticas públicas de educação, emprego e renda. Segundo Picanço (1991, p.92), faltaram ações governamentais neste campo, acarretando sérias conseqüências para o desenvolvimento econômico do Brasil, gerando baixa escolarização, desemprego e muita miséria. A estruturação do mercado de trabalho se deu com muitos problemas: baixos salários, informalidade e subempregos. Sobre este último aspecto, destaca-se um grande contingente de mão-de-obra predominantemente rural, com poucos laços de assalariamento, em um amplo mercado urbano. No ano de 1940, 2/3 da população residia na zona rural e somente 1/3 nas cidades. Em 1980 esse percentual já havia se invertido, em função da decorrência do êxodo rural.

Nesta época o nível, a quantidade e a qualidade dos empregos estavam associados aos investimentos produtivos e ao crescimento econômico. Atualmente, o emprego está cada vez mais associado aos diversos fatores, como a política econômica, as políticas públicas de educação, o bem estar social da população, o sistema de trabalho e as políticas de emprego e renda.

1.1. Um Pouco da História da Educação Profissional no Brasil

O termo educação profissional começou a ser usado no início do século XX, mais precisamente em 1909, com a emissão do Decreto Nº 7.566 de 23/09. Através deste decreto, foram criadas as Escolas de Aprendizes e Artífices, que ofereciam os cursos gratuitos e profissionalizantes de artes gráficas, mecânica, sapateiros, ferroviários e alfaiates para os filhos dos desfavorecidos da fortuna, comprometendo-se mais tarde a formar técnicos para a indústria. Estas escolas passaram a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Consolidou-se, então, uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola.

Nos anos vinte do século passado havia poucas escolas denominadas de elementares, as quais atendiam de forma insuficiente as necessidades e as demandas da população da época. Sabe-se que quem recebia instrução de forma privilegiada eram as elites, frequentando escolas profissionais superiores, restando à maioria da população o acesso às escolas elementares. Para Manfredi (2002, p. 55), vivia-se, uma contradição: muitos desejavam ir à escola; porém, a escola podia atender a poucos, ocasionando, nessa época, o problema da oferta e da procura. O país viveu uma situação de descompasso entre a escola e a exigência de educação das camadas sociais, devido ao crescimento da população urbana do ciclo de hegemonia oligárquico-rural e pelo avanço do novo padrão de relações produtivas e sociais, ocasionada pelo início da industrialização.

Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, neste mesmo ano, foi efetivada uma reforma educacional, denominada Francisco Campos, que prevaleceu até 1942. Pelo Decreto Federal Nº 20.158/1931, foi organizado o ensino profissional comercial e

regulamentou-se a profissão do contador. Este foi o primeiro instrumento legal a estruturar cursos já incluindo a idéia de itinerários de profissionalização.

Já em 1934, a Constituição estabelecia como competência da União “traçar diretrizes da Educação Nacional e fixar o Plano Nacional de Educação” e o Decreto Nº 24.558 de 03/07/34, previa a expansão do ensino industrial através da reestruturação das escolas existentes. Foram criadas seções de especializações de acordo com as necessidades industriais, existentes em cada região. Remodelou-se o ensino profissional técnico.

No ano de 1942, pelo Decreto-Lei Nº 4.073, de 30/01/1942, o Presidente Getúlio Vargas decretou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, Industrial, Comercial, Agrícola e Normal, intitulada Reforma Capanema. Com a Lei Orgânica de 1942 e as normas subseqüentes, mantém no Executivo Federal, além de suas redes de escolas técnicas oriundas da transformação das antigas Escolas de Aprendizes Artífices, Liceus em Escolas Industriais em Comerciais, Agrícolas e Normais, o poder de autorizar, reconhecer e fiscalizar os estabelecimentos de outras esferas que se propusessem a atuar nesse mesmo campo. Ao lado dessa autoridade, só ao governo federal era dada a possibilidade de equiparar os cursos oferecidos pelas demais esferas àqueles mantidos em sua própria rede. Esse Decreto-Lei também propiciou a criação de entidades especializadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Ensino Comercial (SENAC).

Em 1946, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei Nº 8.529/46), do Ensino Normal (Decreto-Lei Nº 8.530/46) e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei Nº 9.613/46).

Em 1959, através da Lei Nº 3.552 de 16/02, regulamentada pelo Decreto Nº 47.038 de 16/10, reformou-se o Ensino Industrial em todo o país, dando autonomia e descentralização administrativa para as escolas de ensino industrial mantidas pelo Ministério da Educação e Cultura e o alargamento do conteúdo geral dos cursos técnicos em vigor. A partir dos anos cinquenta, ampliou-se esse processo e abriu-se espaço para o atendimento da maioria da população quanto à educação, mediante a abertura e a expansão dos cursos técnicos, criando a expectativa e a possibilidade, à população das camadas médias, do acesso ao ensino superior. Com a criação das leis de equivalência despertou o desejo que a educação fosse acessível a todos. O ensino profissional alcançava, finalmente, a equivalência de tempo, isto é, os cursos técnicos industriais, agrícolas e comerciais deveriam ser oferecidos em dois ciclos: ginásial, com a duração de quatro anos e o colegial de no mínimo três anos, gerando esperanças que não se concretizaram, porque o processo de ensino, desde as suas raízes, é excludente.

A Lei Nº 4.024 de 20/12/1961 fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, após 13 anos de debate entre os defensores da educação tradicional, representada pela Igreja Católica, e os defensores da educação nova, representada pelos que haviam assinado o “*Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*”.

A partir de 1964, o debate educacional foi sufocado pelo golpe militar. Todo o empenho dos militares a partir de então foi o de garantir o consenso por meio de mecanismos de coerção típicos de uma ditadura. Não obstante, a função do profissional técnico seria de grande importância para a produção, pois ele tinha como tarefa a disciplina e moldar os trabalhadores conforme as exigências das necessidades empresariais. Segundo Manfredi (2002, p. 57), nos vinte anos seguintes, a educação começou a ter maior importância social, como condição de desenvolvimento do homem em consequência da cidadania ampliada e do crescimento do setor industrial. Nesse período aconteceu a ampliação da oferta de vagas e de cursos, devido à ampliação das redes escolares, embora essas fossem insuficientes para atender a demanda do mercado.

Em 11/08/1971, é sancionada a Lei Nº 5.692. Segundo estudos de Machado (1989), as mudanças do Ensino Profissional não se processaram de imediato, pelas circunstâncias que a própria mudança gerava. O ensino técnico continuou atuando da mesma forma que vigorava

antes, pois continuava sendo a principal fonte de mão-de-obra especializada. A Lei Federal de Nº 5.692/1971, que reformulou a Lei Federal Nº 4.024/1961, no tocante à educação profissional, também representou um capítulo marcante, ao generalizar a profissionalização do ensino médio, então denominado 2º grau. Os efeitos da introdução generalizada do ensino profissionalizante no 2º grau sem a preocupação de se preservar a carga horária destinada à formação de base; o desmantelamento, em grande parte, das redes públicas de ensino técnico então existente; a criação da falsa imagem da formação profissional como soluções para os problemas de emprego, possibilitaram a criação de muitos cursos, mais por imposição legal e motivação político-eleitoral do que por demandas reais da sociedade. Enfim, a Lei Federal Nº 5.692/1971 gerou falsas expectativas relacionadas com a educação profissional ao se difundirem, habilitações profissionais dentro de um ensino de segundo grau sem identidade própria e sem nenhuma tecnologia.

Na instituição da Lei Nº 7.044 de 18/10/1982, não houve nenhuma mudança expressiva: apenas tornava o ensino profissionalizante facultativo, referendando o que já se praticava nas escolas, afirmando a concepção do ensino médio como uma modalidade destinada aos já socialmente incluídos nos benefícios da produção e do consumo, preparando-os para ingressar na universidade. Para Kuenzer (1997, p. 30), “se, por um lado, tornou esse nível de ensino livre das amarras da profissionalização, por outro, praticamente restringiu a formação profissional às instituições especializadas”. Rapidamente, muitas escolas reverteram suas grades curriculares, extinguindo ou oferecendo um remendo do ensino profissional.

Nos anos 1980, as políticas públicas de educação refletiram a situação de modelo político vigente na época, que era o regime militar, autoritário e centralizador. O processo de expansão do ensino não atendeu às necessidades das classes desfavorecidas com relação à educação profissional, principalmente quanto ao acesso, à permanência e à qualidade do ensino oferecido na época. Somente em 1986 o governo reconheceu a necessidade da criação de novas escolas de ensino profissional no país, para atender as exigências do mundo do trabalho. Havia a necessidade de se criar um novo modelo de educação para atender as periferias urbanas, mas um modelo que se baseasse na idéia de escola produção, para atender as necessidades de um novo perfil econômico assumido pelo país, decorrente da industrialização (Brasil, 2004).

De acordo com Manfredi (2002, p. 87), conforme exigência desse modelo de economia caberá às escolas técnicas preparar a mão-de-obra qualificada para suprir as necessidades do mercado e da industrialização no país. Esse modelo de ensino seria financiado pelo Banco Mundial, dando ênfase para o Ensino Técnico Profissional e programas de combate à repetência e evasão escolar.

Arroyo (1995, p.76), afirma que “a história nos mostra que a luta pela instrução, a educação, o saber e a cultura fazem parte de uma luta maior entre as classes fundamentais, não apenas nos países ditos desenvolvidos, mas também na nossa história”.

Em 05/10/1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, cujos artigos 205 a 214 prevêem que: a Educação é um direito de todos, visando um pleno desenvolvimento da cidadania e a qualificação para o trabalho; que o ensino será gratuito e de qualidade em estabelecimentos oficiais; determina, também, o estabelecimento do plano nacional de educação plurianual, visando à articulação do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público que conduzam à formação para o trabalho; à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar, à melhoria da qualidade de ensino, à promoção humanística, científica e tecnológica do país (BRASIL, 1988).

A princípio, parecia que estava se desenhando uma nova realidade na educação para os indivíduos que estavam, naquele momento, envolvidos na construção do saber, sem perspectivas de escolarização. O ensino seria universal, gratuito, de boa qualidade, com uma

boa formação para o mundo do trabalho e, principalmente, com o pleno desenvolvimento de todas as potencialidades de uma formação social, humana, científica e tecnológica. Mas as mudanças previstas não ocorreram como determinava a Constituição Federal. Para ADIFERS (Associação dos Dirigentes das Instituições Federais do Rio Grande do Sul) (2004, p.29), faltavam o envolvimento e o comprometimento dos nossos governantes, investimentos, ampliação de vagas e de curso, valorização e qualificação dos docentes, aumento do número de escolas em todo o país, adequação das escolas que passavam por um processo de sucateamento, discussão e reformulação do ensino oferecido, construção coletiva nas escolas do projeto político-pedagógico que contemplassem todos esses direitos, com o devido envolvimento de toda a comunidade escolar no processo de decisão e construção de um novo sistema de ensino no país.

Pela Lei Nº 8.948 de 08/12/1994, foi instituído que todas as Escolas Técnicas Federais se transformariam em Centros de Educação Federal de Ensino Profissional e Tecnológico. Novamente, discutem-se os currículos e implantam-se novos cursos, incluindo os cursos superiores de tecnologia, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho regional.

A Lei Nº 9.394 de 20/12/1996, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nela está previsto que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Estabelece também, como finalidade da educação, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, mas sabemos que há um distanciamento entre educação escolar e a construção da cidadania, decorrente do fracasso da escola em promover uma educação básica e técnica de qualidade capaz de promover a cidadania desejada para cada cidadão brasileiro.

Segundo Leite (2005, p. 07),

Em relação à Educação Profissional, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, é considerado um marco na sua forma de tratamento pela forma global com que o tema é tratado, e pela flexibilidade permitida ao sistema e aos alunos. Até então, a Lei de Diretrizes e Bases anterior, assim como leis orgânicas para os níveis e modalidades de ensino, sempre trataram da educação profissional apenas parcialmente. Legislaram sobre a vinculação da formação para o trabalho a determinados níveis de ensino, como educação formal, quer na época dos ginásios comerciais e industriais, quer posteriormente através da Lei 5.692/71, com o segundo grau profissionalizante.

Na atual Lei de Diretrizes e Bases, a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação para o nível médio e superior. Enfim, regulamenta a educação profissional como um todo, contemplando as formas de ensino que habilitam e estão referidas a níveis da educação escolar no conjunto da qualificação permanente para as atividades produtivas. Em seu Art. 39, a Lei de Diretrizes e Bases, prevê através da nova redação dada pela Lei 11.741/2008, que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Nesse sentido Berger (1999), destaca a relação entre educação escolar e os processos formativos, fazendo referência à integração entre a educação profissional e as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia. Estabelece também a forma de reconhecimento e certificação das competências adquiridas fora do ambiente escolar, tanto para prosseguimento de estudos, quanto para a titulação permitindo a certificação de profissionais sem a necessidade de frequência nos cursos.

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, a educação passou por mudanças significativas. Em 17/04/1997, o governo baixou o Decreto Nº 2.208/1997, separando os cursos técnicos de nível médio, que até então eram oferecidos de forma integrada, passando a funcionar em dois segmentos distintos: ensino médio e a educação profissional de nível técnico, desestimulando as instituições federais de ensino a oferecer a educação básica de nível médio, ocasionando a separação em duas modalidades de ensino: a de ensino médio, direcionado a acadêmicos que tinham intenções de continuar seus estudos; e a de ensino profissional, destinada para trabalhadores (MEC, 2004, p. 22), apoiada em métodos e técnicas conservadoras, retrocedendo à educação dos anos 1940. Assim, a formação geral deveria ser oferecida pelas escolas estaduais e particulares e a integração que ocorria entre educação profissional e a formação geral nas instituições federais desvinculavam-se gradativamente da formação profissional, desvalorizando o ensino técnico, pois na medida em que os cursos concomitantes e integrados eram extintos, as escolas profissionalizantes retiravam o conteúdo da formação integral dos trabalhadores, pois estas deveriam atender as necessidades imediatas do mercado do trabalho regional e da legislação vigente, gerando aos trabalhadores uma educação fragmentada e sem qualidade, prejudicando o exercício pleno da cidadania.

Resumidamente, as medidas impostas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso acabaram com os cursos técnicos concomitantes e integrados a formação geral e a estrutura curricular existente nas escolas técnicas e agrotécnicas, reduzindo pela metade, só no primeiro ano, as vagas oferecidas na forma de curso regular de ensino médio, com proposta gradual de extinção. Segundo Frigotto (1996, p. 32), “foram criados cursos de formação profissionalizante com caráter de terminalidade. Dessa forma, os alunos poderiam, sem concluir todo o curso técnico, receber certificados através dos módulos de qualificação profissional”. Não sendo técnicos, não poderiam exigir e receber o salário de técnico e não tinham nenhuma garantia legal, ocasionando um rebaixamento salarial da categoria. A grande maioria das escolas deixou também de oferecer a integração de disciplinas da formação básica e profissionalizante, priorizando a formação profissional e criando um sério problema para a classe docente, pois os docentes que atuavam no ensino médio teriam que buscar uma atualização profissional para atuarem em disciplinas do ensino profissional.

Em 1999, pela Resolução do CNE/CEB 04/1999, altera a redação dada pelo Decreto 2.208/97, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico, que mais tarde foi atualizada pelo decreto Nº 5.154 de 2005, que prevê que no artigo 1º, parágrafo único:

A educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e a tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para vida produtiva e social.

Essa resolução possibilita a articulação com o ensino médio, devendo levar em consideração o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos; Define os níveis da educação profissional em básico, técnico e tecnológico. A escola deve identificar em cada plano de curso o perfil profissional de conclusão, a atualização permanente dos cursos e currículos, bem como garantir a autonomia da escola em seu projeto pedagógico. Define também as competências profissionais de cada curso, a carga horária mínima para cada habilitação, sendo que a organização curricular é prerrogativa e de responsabilidade de cada escola, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB, seus projetos pedagógicos e planos de curso devem ser discutidos e elaborados pela comunidade escolar, devendo atender as peculiaridades de cada região.

Durante o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi revogado o Decreto Nº 2.208/97, pelo Decreto 5.154/2004 em 23/07/2004, que retoma a regulamentação do § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei Nº 9.394/1996. O Decreto Nº 5.154/2004 prevê,

em seu artigo 4º, parágrafo 1º, que a “Educação Profissional de nível médio, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, dar-se-á de forma integrada, concomitante ou subsequente”.

Consta ainda no artigo 4º, parágrafo 2º do referido decreto: “Na hipótese de oferecer o ensino integrado, a instituição deverá ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas”. O Decreto Nº 5.154/2004, além de deixar muitas dúvidas sobre a forma integrada e a organização da mesma, facultou as instituições de ensino o oferecimento da educação profissional técnica de nível médio, articulada com o ensino médio, também na forma integrada, isto é, os alunos poderiam realizar dois cursos com uma única matrícula, acarretando a redução da carga horária total dos cursos.

O Decreto Nº 5.154/2004 introduziu a terminalidade em “etapas”, ou seja, várias vias e possibilidades de saídas durante a formação técnica de nível médio, sempre observando que o aluno tenha certificação da terminalidade obtida e a possibilidade de continuar os estudos aproveitando a etapa cumprida. Este conceito foi entendido como uma reedição da formação modular prevista no decreto 2.208/1997. Para complementar e esclarecer este Decreto, o Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer CNE Nº 39/2004, que recomendou que o curso de ensino profissional e tecnológico de nível médio realizado na forma integrada com o ensino médio deverá ser considerado um curso único desde a sua concepção seja na forma integrado, nos termos do projeto pedagógico da instituição de ensino. Quanto à oferta dos cursos, devem observar os seguintes critérios: o atendimento à demanda dos cidadãos, da sociedade e do mundo de trabalho; a conciliação das demandas identificadas com a vocação regional da instituição de ensino; a identificação dos perfis profissionais próprios para cada curso de acordo com as demandas identificadas; a organização dos cursos de técnico de nível médio, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica da época e região.

Salientamos que todas estas ações foram insuficientes para assegurar uma qualificação profissional que levasse os trabalhadores a ter uma profissão e postos de trabalho que contemplassem sua grande maioria com salários dignos e uma vida decente, tendo em vista que a rapidez da mudança social, econômica e política dos últimos anos tem alterado radicalmente o mercado de trabalho, com redução drástica dos postos de trabalho, nos diversos ramos da economia.

Segundo dados do IBGE (2005), “estima-se que pelo menos 55% dos brasileiros profissionalmente ativos atuam hoje na informalidade. Estas questões, vinculadas à realidade sócio-histórica e econômica do país, têm determinado a ampliação do desemprego e da pobreza do Brasil”.

Diante do exposto, é necessário resgatar os principais princípios educativos que possibilitem a elevação da escolaridade e oportunizem aos cidadãos uma qualificação para que possam ser inseridos no mercado de trabalho, de forma a oportunizar a melhoria da qualidade de vida dessa grande massa de trabalhadores. Essa educação deverá estar voltada para o trabalho, com o objetivo de formar o cidadão como ser social, político e produtivo. Segundo Frizzo (2003, p. 81),

[...] É importante ressaltar que as políticas públicas são definidas por legisladores, políticos, grupos que geralmente estão fora do espaço escolar e que as definem a partir de suas concepções que, muitas vezes, não coincidem com a concepção dos educadores que estão na prática escolar.

Portanto, essas decisões deveriam ser construídas por educadores com ampla visão de formação educacional, com a representação das categorias de classe e empregadores, para que

sejam concebidas como um processo de construção de uma nova sociedade, e que tais ações, ao mesmo tempo, qualifiquem os indivíduos, eduquem-nos em bases científicas e profissionais, em sintonia com o mundo do trabalho.

As políticas de educação no Brasil comportam muitas contradições. Neste sentido, a educação profissional tem relevante importância da construção da economia do país, mas estas políticas são construídas sem levar em consideração as necessidades do ser humano como sujeito integrante de uma sociedade. Assim, compreender a educação profissional exige também compreender as contradições do mundo do trabalho, tendo em vista que as mudanças técnicas e organizacionais do mundo do trabalho influenciam significativamente os processos de educação profissional. Para Saviani (2005, p.32),

A educação, a religião, a família a política e o trabalho são inserções importantes, por meio das quais o indivíduo situa-se na sociedade, bem como no grupo social. Há todo um conjunto de articulações, entre essas e outras esferas, que transformam o indivíduo em ser social, em modo de ser, sentir, pensar e agir, compreender, explicar, imaginar.

Podemos afirmar que no nosso país as questões da exclusão social, cultural, econômica e educacional têm raízes ancestrais. A construção da nossa história se fez marcada pela divisão dualista do trabalho: intelectual e manual. O primeiro, altamente valorizado, bem-remunerado, pertence aos detentores do poder e articuladores das políticas públicas de dominação. O segundo, o trabalho manual, é classificado como inferior, de remuneração insignificante e, geralmente, o trabalhador braçal é considerado incapaz de qualquer reflexão.

Sabemos que, legalmente, o Estado deveria promover políticas públicas eficientes no campo educacional, de modo que a educação seja garantida e oferecida de forma gratuita a todos, com igualdade de condições. No entanto, a realidade revela que há aqueles que têm tempo para estudar e os que entram para o mundo do trabalho precocemente e não dispõem do mesmo tempo. É desnecessário dizer que os primeiros são “trabalhadores intelectuais” e os outros trabalharão nas fábricas, na informalidade ou nos subempregos, com salários baixos, explorados na sua força de trabalho e, como se não bastasse, serão ainda profundamente desprestigiados socialmente. Há a necessidade de que se tenha uma educação mais identificada com um projeto de sociedade, de forma a melhor compreender os novos desafios postos ao processo educacional, principalmente porque os problemas da sociedade brasileira estão marcados por uma política neoliberal, desigual, que é excludente e desumana.

O Estado não é o único responsável pela execução da educação profissional e tecnológica, todavia sua concepção, acompanhamento e controle devem ser objetos de uma política pública, sujeita a deliberação do legislativo e ao controle social, dotada de recursos orçamentários e garantia de continuidade, integrando-a à educação básica e aos conhecimentos específicos para o adequado exercício profissional (Brasil, 2004, p.27).

Por isso, é fundamental a definição de um projeto de sociedade que tenha como intenção básica o desenvolvimento do homem, a sua intersubjetividade, dignidade e valorização. Nessa visão de educação, o homem vem em primeiro lugar, numa dimensão ética e política, assegurando os direitos fundamentais, numa sociedade justa e solidária. São essas as idéias reforçadas por Frigotto (1996, p. 92):

A formação, qualificação e profissionalização humana do educador e do educando, numa perspectiva contra-hegemônica, centra-se em uma concepção omnilateral de dimensões a serem desenvolvidas que envolvem o

plano do conhecimento histórico-científico e, igualmente os planos biopsíquico, cultural, ético-político, lúdico e estético.

Neste sentido, é fundamental a reformulação das políticas públicas do ensino profissional de nosso país, mas no sentido de sua priorização, como uma forma de transformação da sociedade, com a definição e liberação de recursos financeiros para concretização da prática estabelecida, a elaboração de diretrizes e ações governamentais para a formação e qualificação constante do professor e a valorização do magistério como profissão, de modo a oportunizar aos professores remuneração e condições dignas de trabalho na perspectiva de consolidar o magistério como uma profissão merecedora de credibilidade junto à sociedade.

2. CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Esse capítulo pretende abordar os processos sistemáticos e organizados de formação geral de pessoas jovens e adultas no Brasil, sob a ótica das políticas públicas de educação a partir do ano de 1940, até os dias atuais, os desafios do poder público e da sociedade na democratização de oportunidades de alfabetização, a escolarização básica e a educação profissional, para que possam responder às crescentes necessidades formativas da juventude e das pessoas adultas no Brasil, levando em consideração a inclusão social, a flexibilidade e a inserção no mercado de trabalho, bem como a contradição entre o discurso e a realidade desta modalidade de educação.

Constatamos, a partir deste período, que as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) não acompanharam as políticas públicas educacionais vigentes. Essa modalidade de ensino foi praticamente desenvolvida com o objetivo de erradicar o analfabetismo. É notável a baixa inclusão de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir a Educação Básica na idade própria entre aqueles atendidos pelo sistema público. A dívida social acumulada pelo não atendimento a essa parcela significativa da população de tempo em tempo volta à pauta, considerando que o acesso, a permanência e a conquista da elevação da escolaridade são de direito público, conforme prevê a constituição de 1998. Frigotto (2005, p. 3), faz a seguinte referência a este respeito:

No Brasil, o dualismo se enraíza em toda a sociedade através de séculos de escravismo e discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas quase na metade do século XX, o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais e a educação do povo se tornam objeto de políticas de Estado. Mas seu pano de fundo é sempre a educação geral para as elites dirigentes e a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados.

O Governo Brasileiro sempre alegou não ter recursos financeiros para a efetivação de uma diversidade de projetos sociais necessários à sociedade brasileira, incluindo a educação. Neste caso, entra a atuação do Banco Mundial, cuja criação aparentemente seria para esse fim: “financiar projetos de infra-estrutura, erradicar o analfabetismo e oportunizar a melhoria da qualidade de vida, especialmente nos países subdesenvolvidos” (BANCO MUNDIAL, 1998).

A implementação de políticas públicas claras e a implantação de projetos sociais, incluindo a obrigatoriedade a formação escolar básica e profissional financiadas pelo Governo, são indispensáveis para o modelo de desenvolvimento preconizado pelo Banco Mundial em defesa dos interesses do grande capital nos países em desenvolvimento. Essas políticas do Banco Mundial, ao mesmo tempo em que representam uma alternativa para o resgate de uma dívida social acumulada ao longo do tempo para com a população que não teve oportunidade de escolarização na idade própria, também constituem uma maneira de conformação desses países na nova divisão do trabalho no mundo globalizado. Por isso o empenho do Banco mundial em promover uma ação efetiva do poder público desses países no

sentido de combater o baixo nível de escolarização e a ampliar as condições de vida para esta parcela da população, argumentando que tais medidas aumentam as possibilidades da inserção no mundo do trabalho (WORLD BANK, 1991, apud Oliveira, 1991 p.02). Assim, no discurso do Banco Mundial, a educação e a qualificação necessitam da política pública para a assistência ou filantropia, como prescreve o Banco Mundial. A meta deste organismo multilateral é criar uma possibilidade estratégica de alívio da pobreza e de inserção no mundo do trabalho.

O Banco Mundial se pauta no argumento de que no Brasil não há políticas de emprego e renda pautadas em um projeto de desenvolvimento social, mas tem um contingente de indivíduos que devem adquirir competências e habilidades no campo cognitivo e técnico de gestão e atitudes para se tornarem habilidosos e competitivos, para manterem-se empregáveis ou criarem seu próprio emprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência (WORLD BANK, 1991). Oliveira (1991, p. 01) é claro ao afirmar que:

“A preocupação do Banco Mundial para com a educação profissional justifica-se pela necessidade das economias em desenvolvimento terem à disposição mão-de-obra flexível, capaz de adequar-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho”. O investimento na qualificação dos trabalhadores é tão necessário quanto o maior investimento de capitais em áreas fundamentais ao desenvolvimento econômico. Para isso, deverá haver investimentos do poder público e da iniciativa privada no desenvolvimento de melhores estratégias que garantam aos trabalhadores maior aptidão para acompanharem as constantes mudanças. O Banco Mundial se empenha na construção de uma política direcionada à criação de novos empregos, propondo alternativas para forçar os países em desenvolvimento a implementarem políticas de apoio ao trabalhador por meio de sistemas públicos de informação ocupacional, para que os próprios trabalhadores possam localizar um novo emprego. Recomenda-se que o processo de qualificação seja de curto prazo, para que o trabalhador em breve espaço de tempo, tenha uma nova colocação no mercado de trabalho.

Buscando algumas alternativas de qualificação de jovens e adultos que estão fora da escola há algum tempo, em atendimento às exigências do Banco Mundial, o Governo Lula tem implantado programas de qualificação profissional de curto prazo, tais como: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (Pró-Jovem); o *Programa Escola de Fábrica*; e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) entre outros. Esses programas de inclusão social foram lançados sem nenhuma discussão entre as partes envolvidas e atualmente se desenvolvem sem critérios e acompanhamento dos órgãos financiadores, comprometendo a qualidade dos mesmos, pois as políticas públicas implantadas pelos nossos governos tendem a conduzir a educação de jovens e adultos para programas assistenciais que visam diminuir as consequências da exclusão social.

O PROEJA trouxe uma nova realidade para as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Os cursos oferecidos nesta modalidade trouxeram novos desafios para o quadro docente e técnico-administrativo dessas instituições, que estavam habituadas a ensinar jovens em idade normal para os cursos oferecidos. Para tanto, faz-se necessário compreender os limites e possibilidades abertas por programas deste tipo. Esta é a problemática em que se inserem nossas preocupações e, a partir dela, procuramos estruturar uma pesquisa para investigação.

No que tange ao financiamento dos projetos de inclusão social e à qualificação de jovens e adultos, este ocorre, na maioria das vezes, com recursos provenientes do Banco Mundial. Para este órgão, o investimento na qualificação dos trabalhadores é uma

necessidade para que haja desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos. Sendo assim, quando os indivíduos não tiverem condições econômicas para financiarem seu próprio treinamento, cabe ao Estado financiar, intervir e oportunizar a formação dos mesmos, bem como garantir uma nova formação aos trabalhadores desempregados, em virtude das mudanças ocorridas na economia, através da oferta de condições suficientes para garantir um novo emprego. Esta responsabilidade pública vem sendo gradativamente transferida para a sociedade civil, por meio de estratégias de convênios com as mais variadas organizações sociais, no sentido de amenizar a falta de qualificação da população que necessita de inclusão no mercado de trabalho ou ainda se manter nele, tendo em vista a redução dos postos de trabalho e a competitividade para alcançá-los.

Segundo Freire (1979, p. 131), “a educação é uma prática política, tanto quanto qualquer prática política é pedagógica. Não há educação neutra. Toda educação é um ato político”.

Com tanta pobreza e miséria e desemprego, a impressão que dá é que estamos perdendo nossos direitos sociais em relação á cidadania e o que nos aguarda é um mundo tecnicamente desenvolvido, e é com este mundo que temos que aprender a viver e conviver. Para Haddad (2007, p. 201), [...] a escolarização de jovens e adultos, embora não seja uma política pública emergente, apresenta descontinuidade na sua implementação. Os programas e projetos renovam-se a cada nova gestão [...], sem verificação de impacto produzido por estes programas, mostrando claramente a fragilização desta modalidade de ensino e suas conseqüências para a sociedade.

Precisamos com urgência de uma política pública de EJA, que contenha ações concretas, tanto na formação inicial, como na formação continuada dos trabalhadores, para que os mesmos possam lutar pelos direitos de uma vida digna com condições de usufruir todos os direitos da cidadania, sejam os direitos sociais, políticos e profissionais e que sirvam de base para uma educação posterior.

Talvez assim se possa garantir que a EJA se torne de fato um campo da política pública, que envolva desde a alfabetização ao ensino médio integrado ao ensino profissionalizante. Não no sentido da qualidade total – onde a educação passa a ser ampla e de livre mercado, proposta ainda defendida pelo discurso neoliberal, como solução para os problemas educacionais – mas sim no sentido daqueles que contestam a ideologia da qualidade total, que defendem uma educação centrada na pessoa humana, como afirmam os pesquisadores.

Diante disso, a educação primária, secundária e a profissional devem estar articuladas, para preparar os trabalhadores para atuarem nesta economia em constante transformação. Para Del Pino (1997, p.73),

A educação profissionalizante necessita de um modelo flexível e ser ministrada em instituições que tenham certa autonomia, podendo assim direcionar suas atividades em conformidade com o movimento econômico, para que estas instituições se tornem centros informais de educação profissional, principalmente para que os indivíduos possam a qualquer momento, se inserirem no mercado de trabalho e continuar seu processo formativo em cursos que se realizam preferencialmente em horários noturnos, de forma modular, com ensino gratuito.

Assim, observa-se que a educação de adultos, na forma como ocorre no Brasil, tem como objetivo principal a recuperação da escolaridade de uma população, que por razões múltiplas, não pôde prosseguir com seus estudos. A reposição da escolaridade tem como características um perfil de aluno que traz consigo a marca da ineficiência e do fracasso escolar. Sabemos, entretanto, que muitas vezes esses alunos nem mesmo tiveram a chance de

freqüentar os bancos escolares em idade própria. A expectativa e a vontade de conhecer impulsionam fortemente o aluno em direção à possibilidade somente de dominar a leitura e a escrita, continuando alheio do mundo que o rodeia e do qual faz parte. Criar condições para o exercício pleno da cidadania, buscando a transformação da realidade no exercício da autonomia, respeitando as diferenças individuais e sociais, são condições indispensáveis para a inclusão destes indivíduos na sociedade.

A análise da história da EJA no Brasil aponta para campanhas de educação de adultos que tiveram como resultado a ineficiência e a ineficácia do Estado em garantir, por meio das políticas públicas adotadas, condições de oferta de vagas e a permanência dos alunos na escola. Estas fracassaram possivelmente porque foram sendo desestimuladas e abandonadas ao longo do tempo. As Propostas de EJA do Banco Mundial (1992, p.2),

A educação é a pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem-estar dos indivíduos. Ela aumenta a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e contribui para reduzir a pobreza, acrescentando o valor e a eficiência ao trabalho dos pobres e mitigando as conseqüências vinculadas à população, à saúde e à nutrição.

Segundo Torres (2007, p.127,128), “a preocupação do Banco Mundial com a qualidade do ensino oferecido na América Latina já ocorre há mais de 40 anos, desde 1963, o BM vem investindo em políticas sociais, envolvendo projetos educacionais e saneamento básico nos países em desenvolvimento”. Esta preocupação justifica-se, dentre outros fatores, pela necessidade das economias em desenvolvimento disporem de mão de obra flexível, capaz de adequar-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A contribuição do Banco Mundial, além do financiamento, é o seu trabalho de assessoria desenvolvido para ajudar os governos a planejarem e desenvolverem políticas sociais e educacionais adequadas às especificidades de seus países, devendo ser capazes de promover alternativas de modo a construir sua própria viabilidade técnica, social e política em cada país parceiro.

Estes investimentos têm como objetivo principal aliviar a pobreza e a inclusão dos indivíduos na sociedade e no mundo do trabalho. As políticas sociais estão direcionadas para dar continuidade ao processo de desenvolvimento humano, no sentido de oportunizar que todos tenham acesso a um mínimo de educação, saúde, alimentação, saneamento básico e habitação, bem como às condições para aumentar gradativamente as expectativas de vida, para compensar os efeitos da revolução tecnológica que caracterizam a globalização. Para o Banco Mundial, um país deve atrair capitais que invistam na produção de bens e serviços, com alta produtividade, qualidade e flexibilidade, para isso recomenda um alto investimento em educação de modo a oferecer uma força de trabalho social e tecnicamente flexível às exigências do mundo do trabalho. É importante destacar que, nesta visão, o Banco considera o investimento em educação como a melhor forma de aumentar o recurso dos pobres. Esta linha de pensamento se baseia nos fundamentos da Teoria do Capital Humano de que o investimento em qualificação se constitui em um bem para todos: trabalhadores, Estado e os empresários. É como se todos lucrassem com isto. Ofusca-se, assim, a real intenção de, por meio da educação, não só controlar o mercado de trabalho, com a manutenção de um exército industrial de reserva suficiente para garantir a competitividade das empresas, mas também conformar um grande contingente das camadas populares à precariedade do trabalho e à escassez de empregos a que estão submetidas.

O investimento em qualificação dos trabalhadores é tão necessário quanto o maior investimento de capitais em áreas fundamentais ao desenvolvimento econômico. Para tanto, o Banco Mundial recomenda ações conjuntas que conjugam esforços, nos mais diversos setores da sociedade no processo de qualificação profissional. Deve haver a participação do poder

público e da iniciativa privada no desenvolvimento de melhores estratégias que garantam aos trabalhadores maior aptidão para acompanhar as mudanças atuais. Somente quando a iniciativa privada não conseguir financiar o treinamento de seus empregados ou os indivíduos não puderem financiar seu próprio treinamento, caberá ao Estado intervir, garantindo formação aos mesmos para garantir uma nova formação aos trabalhadores desempregados.

O Banco Mundial destaca a necessidade da implantação de uma política de criação de novos empregos, de apoio ao trabalho autônomo, um sistema de informação para que os trabalhadores desempregados possam localizar um novo emprego rapidamente, recomenda que o processo de treinamento tenha um menor tempo possível, para que num breve espaço de tempo possibilite uma nova recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, sendo assim, a necessidade da redução do tempo de formação dos alunos. A melhoria da qualidade da sociedade, refletida na vida dos trabalhadores, famílias e comunidades, transformam-se assim em condição para uma competitividade saudável e auto-sustentável.

Preconiza, também, que o principal recurso dos pobres é a sua capacidade de trabalho, que aumenta com a elevação da educação, e recomenda que algumas regras devem ser aplicadas em todas as esferas de ensino: um tempo maior de dedicação dos professores ao ensino, maior oferta de livros didáticos, maior concentração da carga horária, nas disciplinas que fornecem habilidades consideradas básicas para o aprendizado futuro, capazes de desenvolver habilidades sociais, disciplinas de línguas nacional e da resolução de problemas (matemática).

Em 1995, o Banco Mundial já sinalizava alternativas de EJA. Sugeriu um pacote de medidas para uma reforma educativa que contemple mudanças fundamentais do processo educativo e formativo. Entre essas mudanças está a valorização e o incremento de vagas e programas relacionados à educação de jovens e adultos, pois admitia que esta modalidade de educação permanecia como sendo um grande problema e que já era hora de mudar esta realidade.

Em 1996, através da emenda constitucional de Nº 14/1996, deu uma nova redação as Disposições Transitórias da Constituição de 1988, desobrigando o governo federal de aplicar a metade dos recursos vinculados à educação. A nova redação dada ao artigo 60, das disposições transitórias da constituição, através da Lei 9.424/06 criou o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Este fundo deixou parcialmente descoberto o financiamento dos outros três segmentos da educação básica: a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Para Haddad, (2007, p.198), “a partir da criação do FUNDEF, a educação de Jovens e Adultos (condição para expansão da matrícula e da qualidade do ensino), experimentou dificuldades ainda maiores que aquelas já observadas no passado”.

Para a qualificação de professores, o Banco Mundial reconheceu, elogiou e recomendou as ações de Educação a Distância, por se tratar de uma forma econômica de qualificação e se comprometeu, na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, em disponibilizar não só recursos, mas assessorias e informações, com cursos e sites especiais, onde os países podem encontrar modelos e ferramentas para auxiliar nesta tarefa.

Para o desenvolvimento de programas de combate ao analfabetismo e aumento da escolaridade dos jovens e adultos em nosso país, os governantes sempre alegaram não possuir recursos para financiar uma diversidade de projetos sociais na sociedade brasileira, por isso pedem dinheiro a quem tem. Neste caso, entra a ação do Banco Mundial, que nasceu para esse fim: financiar projetos de infra-estrutura, especialmente em países pobres. Para tanto, só empresta dinheiro para projetos que estejam de acordo com certas exigências do Banco e seus donos: os países ricos.

Estes projetos devem obedecer à Lei do custo benefício: cortar gastos para aumentar a eficiência do investimento. No decorrer do período em que está realizando investimentos em

projetos sociais no Brasil, o Banco Mundial tem demonstrado certo descontentamento com o poder público, na ineficiência da implantação de programas de qualificação profissional decorrentes da incapacidade de adequação às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. No que se refere à qualificação dos trabalhadores na modalidade de EJA, o Banco Mundial sugere que o poder público implante cursos de curta duração, permitindo a inserção do trabalhador no mercado de trabalho num curto espaço de tempo.

Nesse sentido, o Banco Mundial valoriza projetos de qualificação e requalificação de nível técnico, formação inicial e continuada de trabalhadores, inclusão social. Não descarta a necessidade da melhoria da qualidade da formação secundária, pois entende que o mercado de trabalho atual precisa mais de técnicos do que pessoas formadas em ciências humanas. Sobre o descontentamento, o Banco Mundial (1995: XIII) se manifestou:

Melhorar o acesso, a equidade e a qualidade do ensino que implicará em mudanças no financiamento na gestão do sistema educacional do país. A reforma também deve se acelerar. A despesa pública com a educação é freqüente ineficiente e injusta. A cada dia as despesas públicas em educação tornam-se mais difíceis de financiar na medida em que se expande o número de matrículas no setor público. Da mesma forma, a maior parte dos sistemas educativos, está diretamente ligada aos governos Federais e Estaduais, que dedicam a maior parte de seus esforços para tratar de assuntos tais como negociações sobre salários dos professores, programas de construções escolares e reformas curriculares. Este tipo de gestão centralizada deixa pouco espaço para a tomada de decisões flexíveis sobre os insumos instrucionais e as condições de aprendizagem que conduzem a um aprendizado mais efetivo na sala de aula.

Dessa forma, toda a discussão sobre a participação do Banco Mundial na educação deveria apontar para a construção de uma nova realidade educacional nos países em desenvolvimento. No entanto, o que se vislumbra para o Brasil é um futuro não muito diferente dos demais países subdesenvolvidos, onde ao passar do tempo, se acentua ainda mais a precariedade do sistema educacional. A implantação de programas de inclusão social sem garantia de qualidade, sem continuidade e sem fiscalização, impossibilita que o discurso do Banco Mundial, se concretize na prática e se materialize no sistema educacional brasileiro. Talvez o que consta nesse discurso não seja exatamente o que se pretende com tal política. Talvez o que se pretenda de fato não seja necessariamente o êxito das políticas educacionais na forma como consta no discurso. Ao que tudo indica, o êxito das políticas educacionais promovidas pelo Banco Mundial por meio de barganha financeira e de propaganda político-ideológica disfarçada em assessoria técnica seja simplesmente a conformação de um amplo contingente de trabalhadores à nova realidade do mercado de trabalho marcado pelo desemprego estrutural e pela precariedade do trabalho.

Mas este propósito implícito é ofuscado pela ação do Banco Mundial ao jogar para os países a responsabilidade da “ineficiência” de suas políticas públicas. Considerando que este órgão multilateral conta com eficientes intelectuais a seu serviço, é aceitável a desconfiança do Banco Mundial junto às ações do governo brasileiro que não estão contempladas em seu discurso. Tal desconfiança se justifica na constatação de que, muitas vezes, os programas implementados no país são de caráter político e eleitoral, não tendo seriedade, oferecendo aos trabalhadores cursos defasados, tanto pela incapacidade da implantação por parte de nossos governantes, quanto das instituições públicas de ensino, pois não atendem as necessidades imediatas dos trabalhadores em relação às constantes modificações no mundo do trabalho. Podemos citar algumas ações que comprovam a ineficiência, tais como as faltas de: reformulação de seus currículos, qualificação constante de professores, parcerias junto à

comunidade, ampliação e renovação de seus acervos bibliográficos e implantação de programas, sem a discussão e conhecimento das partes envolvidas (neste caso, as escolas e seus profissionais).

Vale lembrar também a importância do controle social sobre as ações do governo na educação. Isso é possível através da criação e atuação dos conselhos, realização de audiências públicas, elaboração de orçamentos participativos, conselhos de pais e professores e a realização de um projeto político-pedagógico com o envolvimento de toda comunidade escolar. A educação entendida como direito público poderá oportunizar a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida; levar, também, as pessoas a participarem mais ativamente de decisões coletivas da comunidade onde estão inseridas e da sociedade em geral.

Estas contradições nos remetem a considerações bastante instigantes: em busca da promoção de mecanismos renovados de conformação das camadas subalternas por meio da educação, como estratégia de manutenção do consenso em torno do projeto neoliberal, o Banco Mundial, ao acionar um discurso democrático e verbalizar a necessidade de ampliação da educação básica e profissional, contraditoriamente, aciona também possibilidades de emancipação da classe trabalhadora. Mesmo que suas ações sejam dentro dos limites estreitos da valorização do capital, não se pode negar que suas medidas abrem um amplo espaço de contradições que, se explorados, podem constituir espaços privilegiados de disputa de hegemonia por parte de setores organizados da classe trabalhadora.

2.1. Principais Projetos, Programas e Ações Brasileiras na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Ao longo desta história da educação de jovens e adultos no Brasil, as experiências já acumuladas neste campo nos permitem apontar apenas possibilidades. Os governos implantaram várias ações com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil, mas as políticas públicas de EJA não acompanharam as políticas públicas educacionais vigentes.

Para Haddad (2007, p. 208),

Só em 1947 é que o Governo brasileiro lança, pela primeira vez, uma campanha de âmbito nacional visando alfabetizar a população. Foram criadas, inicialmente, dez mil classes de alfabetização em todos os municípios do país. Como não se tinha uma tradição, um acúmulo de experiências e de estudos sobre como alfabetizar adultos, o discurso em torno da campanha, os argumentos didáticos e pedagógicos tinham como ênfase à educação infantil.

Podemos confirmar esta afirmação citando os seguintes programas e campanhas: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), de 1947 a 1952. A primeira campanha de massa, regulamentada pelo Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), para atender à UNESCO – nessa época o Brasil já detinha mais de 50% de adultos analfabetos. Caracterizou-se fundamentalmente pelo seu aspecto extensivo, ampliando as redes estatuais de ensino supletivo. Inspirada no princípio da rentabilidade e produtividade, o programa visava oportunizar aos alunos um período de alfabetização em três meses e, a partir de então, o adulto estava livre para a capacitação profissional de atividades que não exigem o saber elaborado. Segundo Soares,

A alfabetização se assentou sobre alicerces de base fraca para sustentar um projeto nacional que alfabetizasse a população. Em decorrência das idéias expressas no documento aos professores, viu-se que, na inexistência de acúmulo de experiências e estudos sobre alfabetização de adultos que

dessem suporte às ações governamentais, para uma ação ‘fácil’, ‘simples’ e ‘rápida’ usou-se qualquer material, de qualquer forma, com qualquer alfabetizador, ganhando qualquer coisa.

Campanha Nacional de Educação Rural, (CNER), de 1952 a 1963. A atuação de dava principalmente na zona rural do país. Neste período, 50% da população – ou seja, metade da população – era composta de camponeses analfabetos; por conseguinte, mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política nacional, por ser analfabeta. Esta campanha apresentou-se como um desdobramento da CEAA. Sua criação foi considerada um dos pontos altos em favor do movimento rural, na época.

Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), de 1958 a 1963. Seu programa destinava-se a diversas faixas etárias, objetivando combater o analfabetismo em todas as frentes. Durante o ano de 1963, encerrou-se a campanha nacional de alfabetização que havia se iniciado em 1947 e Paulo Freire assumiu elaborar um Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação. A interrupção desse processo se deu com o golpe militar de 31 de março de 1964, em que muitos desses movimentos foram extintos e seus participantes perseguidos e exilados.

Cruzada Ação Básica Cristã. Segundo Paiva (2006), esta Campanha educativa para alfabetização de jovens e adultos, conhecida, como Cruzada ABC, foi realizada entre 1966 a 1970, no período do Regime Militar. A cruzada substituiu os movimentos de educação e cultura popular que emergiram no período de 1959 e 1964 que foram embalados pelo clima vivido das liberdades democráticas existentes no contexto dos governos anteriores ao golpe militar de 64. Sua projeção ficou registrada, na história das políticas governamentais de alfabetização de jovens e adultos, como iniciativas de maior expressão promovida na época pelo Ministério da Educação (MEC). Sua tarefa, alimentada pela motivação política dos setores sociais, que apoiaram o movimento golpista de 1964, era de neutralizar as idéias difundidas pelas campanhas anteriores, principalmente em relação àquelas inspiradas nas orientações do movimento Marxista. Foi substituída em 1970 pelo MOBREAL que por sua vez permaneceu até 1985.

MOBREAL, O Movimento Brasileiro de Alfabetização – o MOBREAL surgiu de acordo com Correia (1979, p.73), como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho, só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBREAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, a alfabetização se restringia a um exercício de aprender a ‘desenhar o nome’ sem uma preocupação maior com a formação do homem com direitos de cidadão. Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos da época, visava “conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vemos que o objetivo do MOBREAL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida. O objetivo era “erradicar” o analfabetismo e também inserir o alunado na indústria que estava em franca expansão no Brasil. Recrutavam-se alfabetizadores sem muita exigência: repete-se, assim, a despreocupação com o fazer e o saber docente: qualquer um que saiba ler e escrever pode também ensinar. Qualquer um, de qualquer forma e ganhando qualquer coisa.

Paralelo a este programa desenvolvia-se o programa de Educação Integrada, direcionada para os alunos provenientes do MOBREAL, que pretendiam continuar seus

estudos. Este Programa foi implantado em 1971, tendo seu período de expansão entre os anos de 1972 e 1976 e, segundo os técnicos do MOBREAL, revitalizou-se em 1977. Foi criado para dar continuidade ao Programa de Alfabetização Funcional, imbuídos do sentimento de educação permanente. Ou seja, o aluno considerado alfabetizado recebia uma espécie de promoção, passando para uma fase onde teria continuidade e progressividade das condições educativas. Para este Programa foram criados os seguintes objetivos gerais: oportunizar aos alunos em um ano cursar o equivalente a três séries (2ª, 3ª e 4ª), estes estando aprovados poderiam ingressar na 5ª série, dando continuidade aos seus estudos.

Programa MOBREAL Cultural. Este Programa foi lançado em 1973, e, segundo seus técnicos, como complementação da ação pedagógica. Segundo Correia (1979, p. 243), Seu objetivo era o de: "concorrer de maneira informal e dinâmica para difundir a cultura do povo brasileiro e para a ampliação do universo cultural do mobralense e da comunidade a que ele pertence". Como o Programa Cultural também tinha o interesse de reforçar sua ação nos aspectos de alfabetização, levava em conta que deveria: contribuir para atenuar ou impedir a regressão do analfabetismo; reduzir a deserção dos alunos de Alfabetização funcional; diminuir o número de reprovações; agir como fator de mobilização; incentivar o espírito associativo e comunitário e, divulgar a filosofia do MOBREAL em atividades dirigidas ao lazer e das quais participaria o mobralense, em especial, e a comunidade em geral. Mais uma vez a atividade era imposta pelos planejadores, onde as atividades culturais eram oferecidas aos "mobralenses" como forma de sensibilização para o trabalho exercido. Até mesmo os princípios que norteavam a ação para *"despertar a consciência crítica do mundo histórico"*. O MOBREAL assumiu a educação como investimento, qualificação de mão de obra para qualificação de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico.

A atividade de pensar proposta era direcionada para motivar e preparar o indivíduo para o desenvolvimento, segundo o Modelo Brasileiro em vigor no período estudado de 1970 a 1975. Sendo assim, não pode visar a reflexão radical da realidade existencial do alfabetizando porque é por em perigo seus objetivos. O que fica de marcante é com a educação de jovens e adultos durante o MOBREAL é a visão que Correia (1979, p.245), *"a alfabetização e a educação de massa tanto podem ser fatores de libertação como de dominação"*. Metodologicamente, a diferença entre o método proposto por Paulo Freire e pelo MOBREAL não tem diferenças substanciais. Enquanto Paulo Freire propunha a *"educação como prática da liberdade"*, o projeto pedagógico do MOBREAL propunha intrinsecamente o condicionamento do indivíduo aos interesses do sistema político da ditadura militar. O projeto MOBREAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada nos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos programas. O MOBREAL pode ser considerado como uma instituição criada para dar suporte ao sistema de governo vigente. O Mobral é criado em 1969 e suas ações são efetivadas a partir de 1971. É extinto em 1985 com a Nova República e o fim do Regime Militar e, em seu lugar, surge a Fundação Educar.

A alfabetização na Fundação EDUCAR. A Fundação Educar foi criada em 1985 e, diferentemente do Mobral, passou a fazer parte do Ministério da Educação. Para Soares (2003), a fundação educar,

Ao contrário do Mobral que desenvolvia ações diretas de alfabetização, exercia a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para execução de seus programas. Essa política teve curta duração, pois em 1990 – Ano Internacional da Alfabetização – em lugar de se tomar à alfabetização como prioridade, o governo Collor extinguiu a Fundação Educar, não criando nenhuma outra

que assumisse suas funções. Tem-se, a partir de então, a ausência do Governo Federal como articulador nacional e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

Programa de Alfabetização Solidária (PAS) de 1996 a 2002. Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos do governo federal em parceria com a sociedade civil, tinha com o objetivo de desencadear a Educação de Jovens e Adultos e combater o analfabetismo, direcionada aos trabalhadores rurais, jovens e adultos, com a idade entre 14 e 65 anos. Visava contribuir para a redução do índice de analfabetismo e conseqüentemente possibilitar o resgate da cidadania de jovens e adultos por meio da aquisição da leitura e da escrita em língua materna. Foi desenvolvido durante seu processo em situações precárias, com falta de iluminação pública e de carteiras dificultando aprendizagem e influiu negativamente para a continuidade do programa.

Programa Brasil Alfabetizado, a partir de 2003, que permanece até os dias atuais. Uma versão do Governo Lula para o PAS, que mantém seus princípios e metodologia. Prevê a responsabilidade solidária da União com os estados e municípios. Cabe aos municípios selecionar e capacitar os professores envolvidos no programa. É mantido pelo menos 75% de professores das redes públicas estaduais e municipais e voluntários. Para aqueles alunos que permanecem no programa, o governo Federal criou três incentivos: financia o transporte, serve merenda e distribui óculos para aqueles que precisam. Para Paiva (2006, p. 19),

Essas iniciativas demonstram que a EJA esteve sempre atrelada a projetos assistencialistas e compensatórios. As experiências dessa modalidade têm se dado muito na perspectiva de cursos noturnos, em horários ociosos de escolas públicas e/ou privadas de ensino fundamental, com estrutura insuficiente para garantir a qualidade educacional necessária.

Todos esses programas foram insuficientes para dar conta da demanda em potencial de jovens e adultos existentes no Brasil e do cumprimento ao direito preconizado na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, parágrafo 1º. A esse respeito, Moura observa que:

Tentativas de ruptura dessa realidade aconteceram em dois momentos significativos. O primeiro, advém de 1958, do II Congresso da Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, convocado pelo Governo Federal a partir da desmoralização e declínio da CEAA. Este Congresso tinha o objetivo de fazer uma revisão, juntamente com os profissionais da educação, do que se fizera no Brasil em termos de Campanha de Alfabetização e de buscar soluções mais adequadas para o problema do analfabetismo adulto (MOURA, 2004, p. 72).

Nesse contexto, Freitas comenta que: mereceu destaque a proposta de um grupo de educadores nordestinos liderados por Paulo Freire. O grupo apresentou um relatório que invertia toda a lógica até então concebida pelo governo federal e implantada nos estados e municípios. Freire trouxe um referencial teórico voltado exclusivamente para a Educação de Adultos que, para Moura (2004), é único até os dias atuais. Esse referencial era pautado nos princípios de valorização do saber e da cultura dos educandos, considerados produtores do conhecimento e engajados em uma educação dialógica. Marcava-se, dessa forma, o início de um novo período na EJA caracterizados pela intensa busca metodológica e de inovações importantes nesse campo. No entanto, nada se fez para que medidas concretas acontecessem em favor de uma nova lógica para a educação de adultos.

O segundo momento se deu no final dos anos 1970 e início de 1980, por ocasião do retorno das eleições diretas para prefeitos, após o período do Regime Militar. Naquele

momento, as lutas sociais impulsionaram o Estado a realizar na prática as conquistas constitucionais do direito à educação, inserindo tal demanda na agenda das políticas públicas, em lugar de ofertas efêmeras, traduzidas em programas e projetos. Demarcava-se uma nova institucionalidade na EJA.

Essa nova institucionalização aponta para uma dimensão de política pública de resgate do direito à educação; implica sistematicidade de financiamento, previsão orçamentária, com projeção de crescimento da oferta em relação à demanda e a continuidade das ações políticas de Estado, em lugar de alternância de governos, que não se concretizaram ao longo do tempo.

Para Freitas ainda é importante salientar que essas iniciativas ficaram apenas nas prefeituras de administrações populares, atingindo os estados e os municípios do Sul, Sudeste e alguns do Nordeste. Essas foram de fato experiências muito significativas. A partir do ano de 2000 as municipalidades, em sua maioria, têm tentado corresponder às necessidades de educação de jovens e adultos, realizando cursos de alfabetização por meio de programas federais. São ações atreladas aos recursos do Programa de Financiamento do Banco Mundial, denominado “*Recomeço*”, atualmente com o nome de “*Fazendo Escola*”, que garante, dentre outras ações: o pagamento de professor temporário, a merenda escolar e a compra de material didático, embora esqueçam da formação continuada dos professores. Caracteriza mais uma vez a ausência de política Estatal.

Paiva (2006, p.93) afirma que existem municipalidades realmente sensíveis aos anseios dessa demanda e têm dado respostas para a Educação de Jovens e Adultos. Seus gestores sabem que governam para todos. Essas experiências são de grande importância, porque vêm construindo saberes, lideranças e legitimidade política. É crescente a necessidade de demanda social por políticas públicas, nessa modalidade de ensino e em outras áreas. As políticas públicas que almejamos devem resultar em um corpo teórico bem estabelecido. E que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas desses jovens e adultos, em situação de aprendizagem escolar.

Soares salienta ainda que, nessa luta, foram inseridos os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, surgidos em 1996, existentes atualmente em todos os estados do Brasil. Reconhecidos desde 2004, pelo Ministério da Educação (MEC) como interlocutores de políticas públicas, assumem o desafio de organizar especialmente a EJA, como política pública, não se limitando apenas à alfabetização, mas sim um processo que se dá ao longo da vida.

É a partir também de 2004, que o governo brasileiro investe no alargamento político de EJA, entendendo que um programa de alfabetização é muito limitado para garantir o direito constitucional. “[...] a continuidade de estudos é meta inalienável da EJA, também se pôs, como desafio, a garantia do ensino médio por via da mesma modalidade” (MOURA, 2004, p.68).

Nessa mesma direção, Moura aponta para uma política pública para a EJA, de forma humanizadora da educação, não se restringido a “tempos próprios” e faixas etárias, mas que se faz ao longo da vida, de acordo com a Declaração de Hamburgo de 1997. Essa ampliação conceitual implica reconhecer que esse é um campo complexo, que envolve diversas dimensões, que não podem ser limitadas apenas ao ensino, mas à educação. Este pesquisador afirma que:

[...] o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos, produzidos historicamente pela humanidade, integrados a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser,

portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação para o trabalho (MOURA, 2006a, p.06).

Pensar dessa forma é não projetar o sujeito à inclusão da lógica do mercado de trabalho, com uma varinha de condão, mas assumir a formação do cidadão que produz o mundo pelo trabalho, não apenas com as modernas tecnologias, mas com toda a construção histórica que homens e mulheres realizaram. Com isso não estamos nos referindo que todos esses sujeitos que passaram por esse processo terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de se enriquecerem culturalmente com outras possibilidades, com as trocas de experiências culturais, sociais, históricas, laborais e no sentido freireano, pois terão possibilidades de ler o mundo, estando no mundo e compreendendo de forma diferente da anterior do seu processo formativo. Referindo-se a esta modalidade de ensino, Soares salienta que:

A EJA tem uma amplitude de sujeitos, pois envolve aqueles que ficam à margem do sistema escolar, com atributos sempre acentuados em conseqüência de fatores adicionais como raça/etnia, cor, gêneros entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais etc. Entre esses, existem predominantemente aqueles que nunca estudaram ou tiveram e têm trajetórias escolares interrompidas. Em outras palavras, o aluno ou aluna da EJA que foi expulso ou expulsa da escola dita regular ou a ela nunca chegou. A partir de então, está fora da idade considerada “ideal”, determinada por lei.

Reforçando essas idéias, Machado (1989, p. 27) afirma que:

É nesse cenário de lutas e embates pedagógicos que a Educação de Jovens e Adultos, aponta para uma outra possibilidade; a perspectiva de uma educação ao longo da vida, que significa a continuidade de estudos até o nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador de chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho (...).

Outro aspecto relacionado à questão da organização pedagógica no desenvolvimento de um projeto desse porte é o de assumir a EJA como um campo de conhecimento específico. Isto implica investigar, entre outros aspectos, as reais necessidades dos sujeitos alunos enquanto cidadãos (Haddad, 2000, p.57) e como:

[...] produzem/produziram os conhecimentos que portam suas lógicas, conhecimentos prévios produzidos no seu estar no mundo àqueles disseminados pela cultura escolar, como interagir com os sujeitos de conhecimento, com os sujeitos professores, nessa relação de múltiplos aprendizados (MOURA, 2004, p.71).

O incentivo às políticas públicas de EJA demanda articulação do poder público com outras estratégias de desenvolvimento econômico, social e cultural, pois a luta pelos direitos educacionais e pela cidadania exige a continuidade da ação indutora do estado, nas políticas de educação de Jovens e adultos. Essas ações implicam na redefinição da atual política vigente e talvez até os padrões de financiamento. Podemos aproveitar as lacunas da LDB, visando oferecer aos jovens e adultos a continuidade, autonomia e flexibilidade, no sentido de construir programas e experiências significativas e consistentes, voltadas para os interesses e

anseios dos jovens e adultos trabalhadores, pois o direito à educação se trata de um direito público, independente da idade, e entra no aspecto da política inclusiva, garantindo-lhes a sua oferta e permanências e a adequação aos grupos sociais de nossa época.

Esta consolidação envolve ampla discussão entre educadores e a comunidade, e principalmente a luta política de nossos representantes no governo, para que possamos ampliar os direitos sociais da cidadania para os jovens e adultos trabalhadores de nossa época, com vistas a torná-los participantes ativos de uma sociedade em constantes mudanças.

2.2. A Implantação do PROEJA

Destacando entre os muitos projetos de inclusão social implantados no Brasil no governo Lula, o PROEJA que foi criado conforme as diretrizes estabelecidas no Decreto 5.478/05 de 24/06. A partir de ampla discussão com os diversos segmentos envolvidos, constatou-se a necessidade de mudanças em suas diretrizes. Em 13 de julho de 2006, é promulgado o decreto de Nº 5.840, que revoga o anterior e passa denominar o PROEJA como Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Algumas mudanças significativas neste novo decreto foram: a ampliação da possibilidade de implantação de cursos PROEJA em instituições do sistema de ensino, estaduais, municipais e entidades nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical e a ampliação de sua abrangência, possibilitando também a articulação dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores com ensino fundamental na modalidade EJA.

Este Programa visa contemplar, na modalidade de educação profissional e integrada, a ênfase na formação humana, objetivando o aumento da escolaridade ante os desafios da sociedade do conhecimento, a inclusão no mundo do trabalho, o desenvolvimento da criatividade e do pensamento autônomo e crítico, e visa capacitar jovens e adultos para participarem ativamente na construção de sua identidade social, bem como contribuir para o desenvolvimento humano sustentável.

A implantação do PROEJA provocou um duplo desafio. Primeiro, o enfretamento da descontinuidade dos estudos, que é a marca registrada da EJA; segundo, porque abriu espaço para a interlocução entre a EJA, Ensino Médio e Profissionalização com cursos de carga horária reduzida. No campo da EJA, esses programas são categorias que dialogam ainda de forma muito tímida, com poucas iniciativas existentes no nosso país.

A Lei Nº. 11.741, de 16 de julho de 2008, altera a redação dos artigos 37, 39, 41 e 42 e envolve a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional e Tecnológica e toda a educação Profissional de nível Médio.

[...] nas instituições que atuam na educação profissional e tecnológica – EPT, tanto na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – formada pelos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, Escolas Técnicas Federais – ETF, Escolas Agrotécnicas Federais – EAF e escolas técnicas vinculadas às universidades federais -, como nos sistemas estaduais e nas redes nacionais de formação profissional que integram o Sistema S, não existe uma linha de ação especificamente, voltada para a modalidade Educação de Jovens e Adultos, embora algumas delas tenham muitos jovens e adultos como alunos (MOURA, 2006. p.44).

A partir de 29/12/2008 a Lei 11.892, transforma todas as Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação, em Institutos Federais de Educação Ciência e

Tecnologia - IFET. Essa Lei reorganiza o sistema Federal de Educação Profissional no Brasil. O artigo 2º desta lei prevê que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

As novas demandas da sociedade e as expectativas de crescimento profissional requerem, durante toda a vida do indivíduo, uma constante atualização de seus conhecimentos e habilidades. Pois a transformação do mundo do trabalho, o aumento do desemprego, a globalização e as novas tecnologias têm causado um impacto crescente sobre todas as dimensões da vida individual da sociedade. Isto requer do indivíduo, o aumento das competências e o desenvolvimento de novas habilidades e a capacidade de adaptar-se, de forma produtiva e ao longo de toda a vida, às demandas em constante evolução no tocante a empregabilidade. O direito ao trabalho, o acesso ao emprego e a responsabilidade de contribuir, em todas as idades da vida, para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade são exigências que o PROEJA deve procurar satisfazer.

O direito à educação é um direito universal, que pertence a cada pessoa. Embora haja concordância de que a educação de adultos deva ser aberta a todos, na realidade há muitas pessoas que ainda estão excluídas: mulheres, pessoas idosas, migrantes, grupos nômades, deficientes etc. Mesmo assim os níveis de instruções de homens e mulheres no Brasil vêm sendo equalizados ao longo das últimas décadas, mas persistem profundas desigualdades entre os diferentes grupos sociais. As elevadas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização, não são apenas resquícios do passado, existem enormes desigualdades educativas entre os jovens e adultos, sendo que apenas 25% das pessoas entre 15 e 24 anos concluíram o Ensino Fundamental (IBGE, 2004).

A exclusão destes jovens e adultos do processo escolar reflete as desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade brasileira e implica também a sua marginalização de outros direitos fundamentais como o exercício pleno da cidadania, o acesso à herança cultural e ao mercado moderno de trabalho, interferindo na construção de uma sociedade justa, democrática e solidária. A condição de pobreza mantém uma estreita relação com a baixa escolaridade, condições de saúde, emprego, saneamento básico e habitação. Nesse sentido, a escolarização de jovens e adultos não consiste apenas num desafio pedagógico, mas principalmente numa dívida social.

No que refere a EJA, podemos afirmar que a Constituição de 1998 representou um avanço, já que em seu Artigo 208, Parágrafo 1º, esclarece que o ensino fundamental público e gratuito, inclusive de jovens e adultos, foi consagrado como direito público, trazendo a possibilidade da perspectiva de política compensatória segundo uma visão de educação como direito de todos. Neste sentido, o Governo Federal, através do PROEJA, expressou sua decisão de atender a esta demanda de jovens e adultos para concluírem a Educação Básica, de forma integrada com a Educação Profissional.

O PROEJA apresentou-se como uma novidade nesse campo educativo, na medida em que procura sustentar-se numa perspectiva que agrega a formação para a cidadania e para o mundo do trabalho como dimensões que se articulam. Se implantado com seriedade, possibilitará ao educando condições de formação geral e profissional, podendo capacitá-lo para participar do mercado de trabalho de forma crítica as múltiplas relações que se estabelecem no contexto histórico-social, no qual o trabalho se insere como condição do processo de construção da existência humana.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº. 9.394/96 (LDB), diz em seu Art. 37, que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. O Governo Federal, através do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, estabeleceu o PROEJA, utilizando principalmente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como instrumento para atender esta demanda específica. Segundo o Documento Base (BRASIL, 2006), o PROEJA revela a decisão governamental de atingir jovens e adultos, pela oferta Integrada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Ensino Médio. Deste modo, a educação profissional vem abrindo espaço para os sujeitos à margem do sistema: uma população desfavorecida econômica, social e culturalmente.

As mudanças propostas com a criação do Decreto Nº 5.478 de 24 de junho de 2005, que regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da LDB e do Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que implanta o PROEJA e estabelece como seu ponto alto a integração da educação profissional com a educação básica, visando nortear a concepção curricular empreendida para a formação integrada. A partir da publicação deste Decreto, as escolas deveriam se preocupar em identificar esta demanda de certa forma reprimida e oportunizar uma educação que os preparasse para inserção no mercado de trabalho regional e oportunizasse, também, melhoria da qualidade de vida. Grande parte da população adulta ainda não chegou à sala de aula em nosso país, esta modalidade de estudos poderá ajudar na emancipação de muitos trabalhadores, sabemos que o desenvolvimento humano é questão de oportunidade.

As mudanças propostas com a criação do Decreto Nº 5.478 de 24 de junho de 2005, que regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da LDB e do Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que implanta o PROEJA e estabelece como seu ponto alto a integração da educação profissional com a educação básica, visando nortear a concepção curricular empreendida o princípio educativo fundamentado na condição humana de ação transformadora do mundo. Portanto, o PROEJA tem como alvo, prioritariamente, o atendimento de demandas constituídas por segmentos sociais e profissionais ainda não privilegiados em termos de formação e de encaminhamento profissional.

Muitas instituições federais, ainda não cumpriram o Decreto de Nº 5.480/2006 e não implantaram o PROEJA em suas instituições, alegando não terem professores capacitados para atuarem no programa, acervo bibliográfico próprio, salas de aula disponíveis etc., o que poderá levar a influenciar outras instituições a abandonarem o cumprimento da legislação vigente e deixar de oferecer esta modalidade de ensino, ocasionando a falência de mais um programa de educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A qualidade da educação depende de inúmeros fatores. Podemos começar pela mais importante: a qualificação dos professores e servidores envolvidos. Enquanto os professores estiverem entre os excluídos dificilmente se pode esperar dele que se torne um fator crucial para a inclusão. As formações precárias, a seleção negativa e mal realizada e como os professores não aprenderam a aprender, não conseguem fazer com que seus alunos aprendam adequadamente e muitas vezes realizam avaliações abusivas, punitivas, condenando seus alunos ao fracasso escolar e indiretamente motivando-os a evasão.

O papel do professor de EJA requer que o mesmo avalie constantemente suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-o a novas buscas e conquistas. Daí a importância da qualificação e a formação continuada para os professores que optam por essa modalidade de ensino. Para atuar na EJA, o professor inicialmente deve-se inserir no processo de aprender para ensinar para toda vida, para despertar em seus alunos à vontade e a necessidade e a autonomia de continuar aprendendo, mesmo após a conclusão do curso em andamento.

Na Lei n. 9.394/1996, no Capítulo VI, intitulado “Dos profissionais da Educação”, em seu Artigo 61, ratifica a necessidade de a formação dos profissionais da educação atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando.

É direito dos professores e dever do estado proporcionar as condições favoráveis de formação completa e continuada, apropriada para cada modalidade de ensino, para orientar os alunos a enfrentar os grandes desafios de uma sociedade em constantes e profundas transformações.

Respeitando-se a linguagem, a cultura e a história de vida dos educandos, o professor pode levá-los a tomar consciência da realidade que os cerca, discutindo-a criticamente. Conteúdos, portanto, jamais poderão ser desvinculados da vida (FREIRE, 1997, p. 44).

Todas essas transformações devem envolver os diversos sujeitos da escola, sejam eles: os docentes (incluindo diretores, orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos etc.), os técnicos administrativos, os pais e os próprios alunos para uma contínua motivação dos alunos com vistas na permanência desses alunos na escola, a comunidade para proporcionar uma integração entre a escola e a sociedade.

Apesar de todas as transformações que ocorreram, e ocorrerão nas políticas educacionais vigentes, o professor é e sempre será a peça fundamental no processo de construção do conhecimento. É necessário que ele seja bem formado e esteja em constante formação, razão pela qual a formação inicial e continuada deve ser compreendida pelo governo não como custo, mas entendida como investimento público, profissional, institucional, político, social e econômico que atuarão com seres humanos que necessitam elevar sua escolaridade e melhorar urgentemente a qualidade de vida.

Paulo Freire (1997, p.59) salienta que: “os educadores necessitam construir conhecimentos com seus alunos tendo como horizonte um projeto político de sociedade. Os professores são, portanto, profissionais da pedagogia da política, da pedagogia da esperança”.

É dentro deste contexto que se estabelecem as políticas públicas de educação, que afetam diretamente o desempenho do professor, pois são definidas por legisladores, políticos ou grupos que estão fora do espaço escolar e que definem a partir de suas concepções o que é viável para a formação do aluno.

Na educação de jovens e adultos, o que se pode constatar é que esta sempre foi voltada para a alfabetização: os professores na grande maioria eram leigos da própria comunidade. Acreditavam que por estes sujeitos pertencerem à mesma comunidade, conhecia os problemas enfrentados no cotidiano pelo grupo de alunos, evidenciando ainda mais a fragilidade dos programas implantados e condenando-os ao fracasso.

Podemos apontar outro sério problema, que eram os cursos de magistérios, que sempre foram voltados para a educação de crianças e adolescentes em idade regular. Os professores não possuíam formação adequada para atuarem com estudantes jovens e adultos. Geralmente, usavam metodologia de ensino infantil, que em nada motivava os educandos, incentivando os mesmos a evadir-se da escola. Entendemos que o trabalho com alunos de EJA possui uma especificidade, exigindo do professor uma metodologia diferenciada de trabalho com as crianças, pois o universo do aluno trabalhador, sua experiência de vida, seus desejos e interesses devem ser considerados na construção da proposta curricular e do conhecimento.

Percebemos que, no que se refere aos professores que atuavam nos programas de educação de jovens e adultos, muitos atuavam de forma improvisada. O governo não oportunizara qualificação para esta modalidade de ensino. Existiam poucos materiais didáticos disponíveis e, obviamente, eram pouco valorizados como profissionais, obtendo

pouco reconhecimento da sociedade, fazendo com que migrassem para outra modalidade de ensino ou buscassem outra profissão.

Nesse sentido, a formação dos professores que irão atuar com PROEJA deve ser realizada para entender e valorizar as leituras do mundo e as experiências que os alunos trazem para dentro da sala de aula e para que possam ser úteis e comprometidos em formar cidadãos críticos, reflexivos, capazes de conviver com as constantes mudanças da sociedade e lidar com novas tecnologias. Precisamos planejar uma escola que prepare os indivíduos com habilidades que possam propiciar a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na reformulação das políticas públicas relacionadas à educação, é importante que repensem seriamente e criticamente os processos de formação do professor, com futuro profissional que deverá estar engajado na melhoria da educação e da sociedade. Cientes que toda crise está mergulhado o sistema educacional, na falta de políticas públicas eficientes, na desvalorização do professor e na falta de investimento para a sua formação, na sua capacitação e qualificação, pois estes fatores acabam determinando a exclusão do professor do processo social, econômico e pedagógico.

2.3. A Importância da Educação de Jovens e Adultos para a Sociedade Brasileira

A educação de jovens e adultos é um direito fundamental, universal inalienável e constitui um dever do Estado. De acordo com PNE “a educação é aqui entendida como instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país”. Ao Estado cabe a responsabilidade de assegurar a cada cidadão, o direito de ter uma educação de qualidade, que oportunize a inclusão social, que esta seja igualitária e justa.

A qualidade social segundo o PNE, implica em providenciar e oferecer uma educação com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população, tendo como valores fundamentais: a solidariedade, a justiça, a honestidade, a autonomia, a liberdade e a cidadania, e como conseqüências: uma vida digna, inclusão social, que se tornem aptos ao mundo de trabalho, capazes de tomar de decisões, buscarem ações coletivas, possíveis e necessárias. A educação, nessa perspectiva, vai colaborar para que o ser humano desenvolva capacidades e habilidades de se integrar na sociedade, englobando todas as dimensões de sua relação com o mundo. Haddad (2003, p 06), afirma que:

Garantir o acesso das pessoas jovens e adultas à educação é, antes de tudo, respeitar um direito humano. Os jovens e adultos que não sabem ler, ou com pouca escolaridade, são pessoas que tiveram no seu passado um direito violado, perdendo uma importante ferramenta para pensar, pesquisar e ter acesso ao saber que é produzido pela humanidade.

De acordo com o PNE, a educação de jovens e adultos é um direito fundamental, universal inalienável e constitui um dever do Estado. A educação é aqui entendida como instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país.

Ao Estado cabe a responsabilidade de assegurar e qualidade. Ainda do ponto de vista social, a educação de jovens e adultos se for bem conduzida poderá mudar a triste realidade de um grande grupo de brasileiros e brasileiras que sem alternativas de trabalho engrossam os bolsões da miséria, ocupando subempregos sem carteira de trabalho assinada, ou sendo atraídos diariamente para o mundo da marginalidade.

Sempre ouvimos falar que o desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de ações que se organizam, se articulam e são implementados com seriedade ao longo de um processo histórico, cabendo a educação os objetivos da inserção social, e cultural, a luta pela cidadania e a profissionalização. A educação nesse sentido, o processo de criação, produção, socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade por meio do trabalho.

Frente ao processo de crescente exclusão social, desemprego estrutural, desassalariamento, desemprego juvenil, baixa escolaridade e qualificação insuficientes dos trabalhadores, concentração da riqueza, reestruturação no processo produtivo, as mudanças e as transformações só serão significativas se forem, efetivamente estruturais e profundas, ou sejam se envolverem a configuração de uma outra sociedade, em bases éticas-políticas, culturais e sociais (BRASIL 2004, p. 25).

Para tal, essas ações precisam ser concebidas numa sociedade que aponte para a necessidade da formação de sujeitos com autonomia intelectual, ética, política e humana, capazes de assumir uma educação e qualificação profissional para preparar os jovens e adultos na perspectiva da vivência de um processo crítico e emancipador, e integrá-los plenamente na sociedade atual, com todos os direitos de cidadãos, conforme prevê a constituição brasileira.

A importância da educação de uma forma geral compreende a integração ao mundo ao trabalho, ao uso da ciência e da tecnologia, o desenvolvimento geral do ser humano, da cultura geral, bem como enriquece cientificamente, politicamente, possibilitando aos jovens e adultos a inserção ou permanência no mundo do trabalho e nele atuar de uma forma ética e competente, técnica e politicamente visando à transformação da sociedade em função dos aspectos sociais e coletivos e ainda a possibilidade da continuidade dos estudos.

A preparação para o mundo do trabalho, na forma de educação continuada, que vem sendo ministrada aos jovens e adultos, visa à inclusão imediata no mercado do trabalho. Entendemos que na sua grande maioria não contempla os objetivos propostos, pois não possui um itinerário formativo que o trabalhador possa obter a qualificação e a habilitação profissional por aproveitamento de cursos e ou experiências desenvolvidas ao longo da vida, tendo muitas vezes que repeti-los, ocasionando a desmotivação e a exclusão da escola. Esta exclusão, também se dá, em função dos processos equivocados de avaliação, resultando muitas vezes em reprovações e repetências. O próprio professor esquece que estes mecanismos contribuem para a exclusão e conseqüentemente para o comprometimento da inclusão destes cidadãos nesta sociedade que cobra muito a escolaridade e qualificação.

Cabe ao sistema educacional oferecer aos alunos de EJA/PROEJA a qualificação permanente dos professores e a compreensão que podem e devem aprender uns com os outros, com metodologias que possibilitem valorizar conhecimentos adquiridos e realizar atividades cognitivas, afetivas e emocionais, para que este retorno à escola seja para todos os alunos um desafio gratificante e motivador e que esses estudantes também possam superar os preconceitos pela idade de retorno, pelos os estudos interrompidos, a inclusão dentro do sistema educacional e que possam ser inseridos no processo de aprender por toda a vida. Segundo Freire (1987, p. 25),

Na Educação de jovens e adultos (EJA) não tem mais lugar para a educação bancária. Os professores devem considerar o estudante como sujeito capaz de construir seu próprio saber, com uma proposta pedagógica pautada em relações dialógicas, de cooperação e solidariedade, para que possam ser preparados para participarem da construção de uma sociedade politizada,

com todos os direitos de cidadãos que produzem e colaboram para a transformação do mundo.

Há a urgência de olhar para a educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de educação inclusiva, para fazermos justiça social no sentido de tentar reparar esta dívida acumulada ao longo do tempo. Precisamos de políticas públicas eficientes e um planejamento efetivo para esta modalidade, para que possamos de fato contribuir para a emancipação e inclusão destes cidadãos na sociedade que a escola esqueceu ao longo de sua trajetória.

O grande desafio é integrar o mundo do trabalho com a educação dos jovens e adultos, pois estes têm como atividade existencial principal o trabalho para superar as necessidades da sobrevivência. Este mesmo trabalho deveria ser a expressão de libertação do ser humano e da sociedade, não de escravização. Vivemos numa sociedade onde o capitalismo transformou o trabalho em submissão. Nesta situação, o trabalho se torna apenas alternativa de sobrevivência e não a realização pessoal do cidadão.

Precisamos de uma educação que forneça e construa uma visão global e universal associada à competência específica e à realização pessoal e profissional dos jovens e adultos, no sentido de desenvolver a capacidade de escolher e decidir, construir e desenvolver a criatividade, a diversidade de talentos e capacidades das atividades culturais e do trabalho de pesquisa, promovendo a capacitação contínua dos envolvidos. Precisamos abrir as portas do processo educativo para a inclusão dos educandos nesta sociedade e do mundo de uma forma geral, transformando estes educandos em membros efetivos, com todos os direitos de cidadãos participativos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade melhor e mais justa.

3. CAPÍTULO III

O PROEJA NA EAFS/RS

O presente capítulo tem o objetivo de realizar uma breve abordagem da trajetória legal da Escola Agrotécnica Federal de Sertão (EAFSertão/RS), ao longo de seus 51 anos, enquanto instituição de formação profissional, bem como a concepção e implantação do PROEJA, enquanto programa de inclusão social a partir da emissão do Decreto 5.678/05, revogado pelo Decreto 5480/06.

A EAFSertão/RS está situada no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, Rio Grande do Sul, a 25 quilômetros de Passo Fundo, Região Norte do Estado, e integra a Rede Federal de Educação Tecnológica.

A EAFSertão/RS foi criada pela Lei n° 3.215, de 19 de julho de 1957, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo, iniciando seu efetivo funcionamento no ano de 1963. Através do Decreto Lei n° 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Ginásio Agrícola de Passo Fundo, com localização em Passo Fundo – RS, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, ligada ao Ministério da Agricultura, oferecia o curso ginásial com internato. Pelo Decreto n° 60.731, de 19 de maio de 1967 a instituição foi transferida, juntamente com outros órgãos de Ensino, para o Ministério da Educação e Cultura.

O Decreto n° 62.178, de 25 de janeiro de 1968, autorizou o Ginásio Agrícola de Passo Fundo, a funcionar como Colégio Agrícola. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto n° 62.519, de 09 de abril de 1968. A partir de então ficou sob a coordenação da Coordenação Nacional de Ensino Agrícola – COAGRI, durante o período de 1973 até 1986, oferecendo neste período o Curso Ginásial Agrícola.

Pelo Decreto n° 83.935, de 04 de setembro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Sertão (EAFSertão RS), subordinada à Secretaria de Educação de 1° e 2° Grau do Ministério da Educação e Cultura. Obteve declaração da regularidade de estudos pela Portaria n° 081, de 06 de setembro de 1980, da Secretaria do Ensino de 1° e 2° Grau, do Ministério da Educação e Cultura. A Lei Federal n° 8.731, de 16 de novembro de 1993 transformou a EAFSertão em autarquia Federal, com autonomia administrativa e pedagógica.

Em 29/12/2008 pela Lei Federal N° 11.892, a EAFSertão RS, passa a integrar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, na condição de Campus juntamente com o CEFET de Bento Gonçalves, Escola Técnica Federal de Erechim, Escola Técnica da Universidade Federal do RS, Colégio Industrial de Santa Maria RS.

Inicialmente, a escola oferecia o curso Ginásial Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Mestre Agrícola, de acordo com o Decreto-Lei n° 9.613, de 20 de agosto de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. No período de 1970 a 1975, oferecia o curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Técnico em Agricultura, em nível de 2° Grau. A partir do segundo semestre de 1973, a habilitação passou a titular-se Técnico em Agropecuária.

O Campus Sertão RS, durante sua trajetória desenvolvendo o ensino profissional, já formou mais de quatro mil técnicos, que colaboram no desenvolvimento agrícola do país. Atualmente, o Campus Sertão tem autonomia para ministrar Curso de Educação Básica em

Nível de Ensino Médio e Formação Profissional com cursos de nível técnico, nas modalidades: integrada, concomitante, subsequente, PROEJA com formação profissional em Informática e Agroindústria e, também o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio que está implantando a quarta turma de tecnólogos. Possui atualmente quatro extensões, localizadas nos municípios de Vacaria, Pontão, Ibirubá e Constantina, onde oferecem, além do curso Técnico em Agropecuária, os cursos de Eletromecânica e Agroecologia, Informática e Gestão. Ficou responsável pela criação e implantação do Campus de Erechim RS, que no segundo semestre de 2009, oferecerá à comunidade regional os cursos Técnicos de forma subsequente em Agroindústria, Mecânica e Vestuário.

O Campus Sertão RS, tem como missão desenvolver a educação profissional e básica para a formação de indivíduos competentes, conscientes e críticos que, no desempenho de suas atividades, possam gerar e difundir tecnologias e promover a cidadania.

A partir da emissão do Decreto Nº 5.478/05, o Campus Sertão RS, iniciou-se o processo de discussão interna com a comunidade escolar, com o objetivo de realizar a motivação e conscientização da obrigatoriedade da implantação do PROEJA, através do estudo do referido Decreto. Além da oficina de capacitação de Gestores, realizada pelo MEC, a partir daí, também oportunizado um treinamento aos professores e servidores da instituição que seriam envolvidos no programa a fim de capacitá-los para esta nova realidade. Iniciou-se a elaboração do plano de curso, com o estudo da legislação pertinente e definição de objetivos, matriz curricular, forma de acesso e metodologia de trabalho.

O Campus Sertão RS foi a instituição pioneira na implantação do PROEJA na região sul do Brasil, iniciando as atividades em março de 2006. O objetivo inicial era atender inicialmente um grupo de quatorze servidores da própria instituição que não possuíam o ensino médio. Após mobilização junto a este grupo de servidores, houve repercussão junto à comunidade local para a extensão do curso aos moradores da Vila Engenheiro Luiz Englert, comunidade onde está inserida o Campus e também aos jovens e adultos da região, que vislumbravam ansiosamente uma formação profissional integrada ao EJA.

Diante disso, o Campus Sertão RS tem se preocupado em identificar essas necessidades, através de uma busca junto à comunidade local, propondo alternativas educacionais com a oferta da EJA integrada à formação profissional. As áreas de formação profissional foram definidas posteriormente, em função das demandas pesquisadas, condições da instituição em termos de recursos humanos, ociosidade de espaços físicos noturnos.

Dessa forma, foi constatada uma demanda importante, identificada como uma demanda específica para os cursos PROEJA com formação profissional em Agroindústria e Informática. Justifica-se a escolha destes dois cursos pela expansão das agroindústrias da região e por se tratar de um curso que oferece oportunidade de aprendizagem na preparação de alimentos em geral, com condições de inserção de emprego no próprio Campus, que possui uma agroindústria que transforma matéria-prima em alimentos utilizados no próprio refeitório do campus, e Informática por ser atualmente requisito mínimo para desempenhar qualquer atividade no ramo do comércio e indústria da região.

O Campus passou a desempenhar um importante papel a um grupo de trabalhadores sem formação da educação básica e profissional, proporcionando em 2006, a um grupo de 80 alunos, a oportunidade de formação profissional integrada com EJA, a possibilidade de encaminhamento para o mercado de trabalho a indivíduos marginalizados pelo próprio sistema, que até então estavam sem expectativas de retorno aos bancos escolares e talvez de um emprego digno.

A grande maioria dos candidatos que disputaram as 80 vagas oferecidas no PROEJA estava afastada dos estudos há algum tempo, teriam ao final do processo uma qualificação e uma opção de trabalho, pois além da formação através do cumprimento de uma matriz curricular, a instituição proporcionaria a eles o encaminhamento para o estágio, através do

Setor de Estágio e viabilizaria condições de apoio para a inserção ao mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Foram constituídas duas turmas de PROEJA, com formação profissional através de matriz curricular em Informática para atender candidatos residentes próximos ao Campus, na Vila de Engenheiro Luiz Englert, e do município de Sertão, que necessitavam de formação profissional. A turma 2006/7 foi formada por educandos que já haviam concluído algumas disciplinas através de exames supletivos ou EJA, os quais posteriormente solicitaram aproveitamento de estudos destas disciplinas acelerando a conclusão do curso.

A partir da implantação do curso e do conhecimento das expectativas dos alunos em relação ao mesmo, constatou-se a necessidade de reestruturar a matriz curricular de forma que o curso oportunizasse condições de formar profissionais conscientes, com competências e habilidades que os qualificassem a atuar nas atividades de planejamento, execução, suporte e manutenção de sistemas, de tecnologias de processamento e transmissão de dados, visando à possibilidade da profissionalização de um grupo de jovens e adultos que tiveram seu tempo de escolarização abreviado e oportunizasse a inclusão social e atendesse as exigências do mercado de trabalho atual. Outro fator considerado era a necessidade do aumento da renda individual e familiar que possibilitasse a aquisição ou a manutenção do emprego na economia em constantes mudanças e também diminuição do êxodo rural.

Em relação aos objetivos do curso PROEJA, com formação profissional em Informática, foi levado em consideração que a produção moderna baseia-se na produção da ciência, que o trabalhador desta época necessita dominar os princípios e os fundamentos científicos, sobre os quais se baseia a organização do trabalho moderno, a dominar as tecnologias que cada vez mais rapidamente se tornam obsoletas em uma sociedade cada vez mais globalizada e informatizada, foram assim definidos os objetivos deste curso:

Assegurar aos educandos a formação indispensável para o exercício da cidadania, compreendendo a realidade na mediação dos conceitos já elaborados na pirâmide do saber: aprender a conhecer, aprender a aprender e aprender a ser, numa perspectiva de inclusão política, social, cultural e profissional;

Oportunizar condições de profissionalização aos jovens e adultos que já concluíram a educação básica e que desejam uma habilitação profissional para ingressarem e permanecerem no mercado de trabalho;

Colocar à disposição da sociedade, profissionais aptos ao exercício profissional, conscientes de sua responsabilidade, desenvolvendo e socializando conhecimentos na área de formação geral e da informática para possibilitar aos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de escolarização em tempo próprio o retorno à escola, com vistas a integrá-los ao mundo do trabalho, oportunizando o desenvolvimento das condições para a vida produtiva moderna;

Oportunizar aos educandos condições de profissionalização rápida, para atividades específicas e delimitadas do mundo do trabalho com o oferecimento de um currículo modulado e flexível que visa oportunizar a educação permanente e a requalificação, atendendo novos paradigmas que estabelecem a necessidade e a capacidade de mobilidade no mundo do trabalho, com o objetivo de melhorar as condições de vida de todos os alunos envolvidos.

O Documento Base do MEC, de março de 2006, estabeleceu como princípios a inclusão da população nos sistemas educacionais, a educação como direito e para toda a vida, a universalização da educação básica, o trabalho como princípio educativo fundamentado na compreensão da condição humana de ação transformadora no mundo, a pesquisa como fundamento da formação do sujeito e a garantia de que os jovens e adultos trabalhadores constroem suas identidades, no respeito à diversidade num conjunto de relações sociais.

Durante a implantação do PROEJA, a comunidade escolar do Campus Sertão RS, desejava criar condições para o exercício pleno da cidadania, buscando a transformação da realidade no exercício da autonomia, respeitando as diferenças individuais e sociais, pois a inclusão social não pode se restringir aos indivíduos que regularmente são portadores de oportunidades de estudos contínuos. Há muitos cidadãos que, afastados dos bancos escolares, merecem a oportunidade de serem reintegrados aos estudos e à progressão, não apenas em módulos, mas o retorno à escola e a inclusão no mercado de trabalho e conseqüentemente a melhoria das condições de vida.

O Currículo foi estruturado a partir do ideário de Freire (1987, p.49), de "homem concreto situado no tempo e no espaço das relações sociais e tem como referência o diálogo, como possibilidade de democratização do saber". A problematização compreendida como forma de superação do senso comum, da visão ingênua da realidade em direção a um conhecimento crítico, com vistas à transformação e emancipação do aluno participante do PROEJA, com práticas pedagógicas centradas nas relações dialógicas, que tecem um processo em que o caminho do aprender é o caminhar juntos, o que significa estar em constante e sistemática interação com a realidade, num processo permanente de criação e recriação, com uma abordagem não fragmentada do conhecimento, condição para uma prática pedagógica mediada pelo diálogo, que busca a liberdade através da ação-reflexão-ação, a partir do estudo/pesquisa da realidade, onde o aluno será o centro de discussão e o professor o mediador e motivador da aprendizagem.

Para a efetivação desta proposta, fez-se necessário trabalhar neste programa com temas geradores, os quais poderiam conduzir o processo pedagógico a partir de um contexto significativo para o coletivo de educadores e educandos, visando ampliar os horizontes da investigação e da aprendizagem, numa perspectiva transformadora e emancipatória. A opção metodológica do Campus Sertão RS, pelo tema gerador foi planejada por meio da organização da rede temática. Um processo que se constitui a partir de um conjunto de falas significativas e interligadas dos educadores e educandos, que formariam uma totalidade e possibilitariam um trabalho transdisciplinar. Este conjunto possibilita que várias áreas de conhecimento se inter e trans-relacionam, levando em conta as especificidades de cada realidade e de cada área do conhecimento constituindo o currículo da escola. O currículo do curso PROEJA foi organizado em módulos de conhecimento.

Diante da concepção que o cidadão deve ter acesso ao saber, a equipe pedagógica do Campus Sertão/RS organizou a prática metodológica do PROEJA, por meio de desenvolvimento de temas geradores, os quais seriam escolhidos pelos educandos juntamente com os professores para que possam optar por conteúdos que querem aprender e propiciam a discussão de outros formando uma teia do conhecimento. Estes foram inspirados nos princípios freirianos, não apenas por opção metodológica, mas por um assumir como concepção de educação, referenciada nos objetivos e princípios deste programa. Essa concepção possibilitaria enfatizar a ação cultural e as experiências de vida dos educandos e o seu conteúdo programático tomaria por base a vida e a linguagem dos educandos e educadores rompendo com conteúdos e planejamentos pré-determinados.

Dessa forma, a transdisciplinaridade deveria se concretizar pelo encontro de temas e subtemas, que certamente apresentariam necessidades para outras explicações, relações e articulações ultrapassando os limites da sala de aula e que possivelmente envolveria toda comunidade no processo de aprendizagem. É importante lembrar que essas relações já são históricas, presentes no cotidiano escolar e na vida e que, portanto fazem parte de um processo dinâmico e dialético.

O plano de curso foi estruturado de forma modular, passando pela compreensão de que, em cada ação empreendida, o educando se defronta com problemas interligados, sendo assim um módulo é pré-requisito para o outro módulo. Por isso, para encaminhar uma solução

para cada problema apresentado, o educando precisa ter uma visão de conjunto. Assim, a educação na perspectiva de domínio de competências e habilidades que constituem cada módulo, buscava a inserção da experiência da aprendizagem num quadro mais geral da realidade e do saber, que cada sujeito traz, para ser problematizado. É nesta busca que os jovens e adultos exerceram seus papéis como seres presentes no contexto de conhecimentos dos saberes relacionado a cada módulo.

Na estrutura de cada disciplina em seu campo conceitual, foi proposta em forma de desenvolvimento de competências e com carga horária modular, sendo os três primeiros módulos com carga horária idêntica, todas as disciplinas teriam a mesma importância e a mesma carga horária, enquanto que os quatro últimos módulos têm carga horária diferenciada.

O plano de curso foi planejado em sete módulos, que de certa forma organizavam a estrutura do currículo do PROEJA do Campus Sertão RS, visando resgatar e valorizar os conhecimentos adquiridos pelos alunos, com o cuidado de motivá-los para que permanecessem e concluíssem o curso escolhido. Estes módulos representavam a unidade, pois cada área do saber encontra-se inserida na seguinte, constituindo-se com isso a visão globalizada de toda a práxis docente e da aprendizagem dos educandos. A matriz curricular foi assim organizada:

Módulo 1 – Motivação, retomada das atividades escolares, ampliação e apropriação das informações, estabelecendo relações mais complexas com a realidade.

Módulo 2 – Construção do saber. Busca e análise das informações, definições de objetos e fatos, a partir de atributos gerais e particulares, com vistas à transformação da realidade.

Módulo 3 – Consolidação das informações visando à construção de conceitos através da vivência e compreensão da realidade que envolveu o ato de aprender, enfatizando que a aprendizagem é uma atividade constante onde cada sujeito pode aprender a aprender.

Módulo 4 – Início das disciplinas técnicas, oportuniza ao aluno o primeiro contato com a tecnologia, conhecimento e operação dos serviços essenciais básicos do computador.

Módulo 5 – A partir desse módulo, foram desenvolvidas técnicas básicas de programação e criação de sites.

Módulo 6 – O aluno é levado a conhecer técnicas de bancos de dados e redes.

Módulo 7 – Os alunos foram encaminhados ao estágio curricular, este módulo permite a complementação da aprendizagem em situações reais de vida e de trabalho e ocorre como espaço de aprendizagem no processo de obtenção do conhecimento em informática.

A equipe pedagógica do Campus Sertão RS planejou e desenvolveu o curso a partir da realidade dos momentos de investigação através de dinâmicas de grupos, seminários, discussão de textos e conversas informais, possibilitando aos educandos expressar de forma espontânea, a sua realidade e os problemas enfrentados no dia-a-dia. Todas as experiências seriam valorizadas, respeitando a linguagem e as leituras de mundo que fazem e que deveriam ajudar a reconstruir a história particular e a da comunidade escolar.

A proposta do processo de construção da rede temática deveria ser dinâmica, coletiva e envolver até sujeitos que fazem parte da comunidade escolar. Deveria ter como ponto de partida o conhecimento da realidade particular de cada sujeito envolvido neste processo, ampliando posteriormente para o conhecimento da realidade da comunidade mais próxima do educando e para uma realidade universal. No decorrer do programa percebemos que esta idéia foi aos poucos sendo abandonada pelos professores da formação profissional, alegando que não havia forma de desenvolvimento dos temas geradores, tendo em vista que estas disciplinas eram organizadas por conteúdos que deveriam ser desenvolvidos para o cumprimento da carga horária mínima prevista.

Aconteceram observações, através de histórias de vida, visitas, participação em eventos organizados na própria escola como feiras de saúde, palestras, cursos de curta

duração, atividades culturais, sociais e religiosas da escola, comunidade e da cidade como festival do folclore, desfiles da semana da pátria – evento em que os alunos do PROEJA civicamente representaram a escola através de a formação de um pelotão próprio. Estes momentos serviriam como fontes de conhecimento, pois para cada um deles seriam realizadas atividades preparatórias, no intuito de prepará-los para que tivessem um maior aproveitamento e principalmente para inseri-los na sociedade com todos os direitos de cidadãos. No plano de curso a construção da rede temática previa a participação de todos os educandos e educadores envolvidos no processo de formação de modo a oportunizar uma formação completa ampla.

Ainda em relação à carga horária, o plano de curso previa 80% da carga horária semanal de forma presencial e 20% da carga horária semanal de forma não presencial, momento em que os educadores deviam se reunir para troca de experiências e planejamento das atividades que poderiam ser desenvolvidas para a continuidade do processo pedagógico do curso, oportunidade que deveriam ser encaminhadas atividades dirigidas á distância.

A avaliação do processo educativo do PROEJA do Campus Sertão/RS se desenvolveu de forma emancipatória, pois se caracteriza pela descrição, análise crítica de uma dada realidade, visando sua transformação, através dos seguintes objetivos: Iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências no sentido de torná-las autodeterminadas, perdendo o caráter classificatório e ganhando a possibilidade de demonstrar as dificuldades, necessidades, interesses e avanços quanto ao processo de apropriação do conhecimento. Nesta visão a avaliação não serviria para rotular ou engessar, eliminando aqueles que "não aprendem", mas para libertar os educandos desses estigmas. Deveria ser permanente e processual, durante a condução das práticas docentes e discentes, através das práticas pedagógicas (sala de aula, reuniões, seminários, oficinas de aprendizagem), durante o processo de seleção, o educando preencheria uma ficha com seus dados relacionados à sua história de vida escolar, familiar e profissional. Foi também realizada uma entrevista individual pela equipe de educadores, buscando dialogar em relação às informações. Essas informações, obtidas na entrevista e da história pessoal de cada educando serviram como parâmetro inicial para o ingresso do educando na escola.

Esse registro avaliativo constituiu-se em uma memória construída coletiva e/ou individualmente. Dessa forma, esse registro passou a ser um referencial para planejamento do educador e permitia o envolvimento e comprometimento do educando em seu próprio processo formativo, tornando-se assim sujeito da sua caminhada e do grupo. Após a conclusão de cada módulo seriam realizados os Seminários de Avaliação, momento em que se faz a discussão, análise e síntese dos processos educativos, tendo como referencial os registros: memórias, relatórios individuais, coletivos e projetos temáticos. O educador utilizaria esse instrumento como ferramenta de auto-análise. Ainda em relação ao processo avaliativo, foi realizada a auto-avaliação, momento em que o educando manifestava sua posição em relação ao curso, professores e sua situação de aprendizagem daquele módulo, afirmando sentir-se ou não, motivado e preparado para o módulo seguinte. Era a oportunidade de prever mudanças, tanto nas práticas docentes como no currículo e na dinâmica de trabalho.

Os conceitos obtidos pelos alunos nas avaliações em cada módulo desenvolvido no PROEJA foram identificados por: A (Avanço), para os alunos que prosseguiriam para o módulo seguinte, AR (Avanço com restrição), para os alunos que prosseguiriam para o módulo seguinte com algumas observações em relação à frequência, rendimento e participação e P (Permanência), para os alunos que por algum motivo deveriam repetir o módulo, sendo justificados e assinados por todos os professores, em ficha individual que eram encaminhados a secretaria escolar, para efeito de registro e arquivo documental.

O Campus Sertão RS, como instituição educacional, ao longo de sua história, tem buscado a formação de profissionais para atender às necessidades do processo produtivo e às expectativas da comunidade, através do oferecimento de cursos em forma de PROEJA,

procurando oportunizar aos educandos as condições mínimas para que possam ser inseridos ou se manter no mercado de trabalho.

O fato de este Campus situar-se em uma região onde o setor de serviço exerce papel importante na economia constatou-se a crescente informatização de todos os ramos da atividade humana, justificando assim a necessidade do oferecimento do curso. Há, ainda, a necessidade de contemplar uma grande parcela da comunidade local e regional que ficou à margem da sociedade, sem possibilidade de profissionalização e que necessita urgentemente ser inserida na sociedade com condições dignas de vida. E principalmente, se tratando de uma possibilidade gratuita de elevação do nível de escolaridade e aquisição de uma profissão, o PROEJA, também passou a constituir-se uma possibilidade gratuita de formação profissional para os jovens e adultos da região.

O Campus Sertão RS, em todo o seu processo de formação do PROEJA, visou contemplar neste curso, a formação de profissionais conscientes de suas funções junto à sociedade, com o desenvolvimento de competências e habilidades que os qualificasse a atuar nas atividades de planejamento, execução, suporte e manutenção de sistemas, de tecnologias de processamento e transmissão de dados, visando à possibilidade da profissionalização de um grupo de jovens e adultos que tiveram seu tempo de escolarização abreviado, de modo a oportunizar a inclusão social e atender as exigências do mundo do trabalho. Outro fator a ser considerado é a necessidade do aumento da renda individual e familiar com a aquisição do emprego na economia como um todo e a redução do êxodo rural.

3.1 Matriz Curricular

MÓDULOS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
MÓDULO I	Português	40 horas
	Inglês	40 horas
	Educação Artística	40 horas
	Educação Física	40 horas
	Física	40 horas
	Química	40 horas
	Biologia	40 horas
	Matemática	40 horas
	História	40 horas
	Geografia	40 horas
		Carga Horária Total do Módulo
MÓDULO II	Português	40 horas
	Inglês	40 horas
	Educação Artística	40 horas
	Educação Física	40 horas
	Física	40 horas
	Química	40 horas
	Biologia	40 horas
	Matemática	40 horas
	História	40 horas
	Geografia	40 horas
		Carga Horária Total do Módulo
	Português	40 horas
	Inglês	40 horas
	Educação Artística	40 horas
	Educação Física	40 horas
	Física	40 horas

MÓDULO III	Química	40 horas
	Biologia	40 horas
	Matemática	40 horas
	História	40 horas
	Geografia	40 horas
Carga Horária Total do Módulo		400 horas
MÓDULO IV	Inglês Técnico I	40 horas
	Sistemas Operacionais I	80 horas
	Informática na Empresa	20 horas
	Aplicativos básicos I	60 horas
	Montagem e manutenção de computadores	80 horas
Carga Horária Total do Módulo		280 horas
MÓDULO V	Inglês Técnico II	40 horas
	Análise de Sistemas	60 horas
	Algoritmos e Estrutura de Dados	80 horas
	Programação I	60 horas
	Aplicativos para Web	70 horas
Carga Horária Total do Módulo		310 horas
MÓDULO VI	Aplicativos para WEB II	70 horas
	Programação II	90 horas
	Banco de Dados	60 horas
	Redes	70 horas
	Sistemas Operacionais II	60 horas
	Redação, Metodologia e Científica	60 horas
Carga Horária Total do Módulo		410 horas
Carga Horária		2.200 horas
MÓDULO VII	Estágio Curricular	200 horas
TOTAL DE HORAS DO CURSO		2.400 horas

O Estágio Curricular dos alunos do PROEJA do Campus Sertão RS é de caráter obrigatório e parte integrante do currículo pleno, tendo como objetivo: caracterizar-se como primeira experiência para o exercício profissional e aprimoramento tecnológico; aplicar os conhecimentos teóricos e práticos assimilados na formação; oferecer ao aluno a oportunidade de aprofundar e atualizar seus conhecimentos técnicos, bem como as relações sociais que se estabelecem no mercado de trabalho; possibilitar o desenvolvimento da visão crítica sobre o sentido social do exercício da sua futura profissão; compreender o período de aprendizado na Empresa e/ou Instituição, sedimentando na prática os conhecimentos adquiridos na Escola; oportunizar ao aluno familiarizar-se com o ambiente de trabalho, melhorando seu relacionamento humano e evidenciando seu potencial.

Para realizar o Estágio Curricular, módulo de conclusão do Curso Técnico em Informática, do PROEJA, os alunos deverão ter cumprido todos os seis módulos de conhecimentos previstos no plano de curso, pois se trata de condição indispensável para a o reconhecimento legal da habilitação concluída. Os estágios devem ser realizados em empresas públicas ou privadas, instituições, órgãos de prestação de serviços na área de informática, instituições educacionais profissionalizantes afins. Tem a duração de no mínimo 200 (duzentas) horas. O aluno aprovado em todos os módulos do currículo previsto na matriz curricular que integram as disciplinas da formação geral e habilitação profissional, tem direito

ao diploma com a seguinte nomenclatura Curso de Educação Profissional de Nível Médio Técnico em Informática, modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

No desenvolvimento do curso, foram constatados muitos obstáculos. Referimo-nos especialmente à turma 2006/9, objeto desta pesquisa, que será comentado a seguir. A turma 2006/9 foi constituída por vinte alunos, que na sua grande maioria já havia cursado algumas disciplinas ou séries em nível de ensino médio regular, através de exames supletivos ou na forma de EJA. Constatada esta realidade, a partir das histórias de vida de um grupo específico de alunos reforçado pela entrevista e documentação apresentada, a equipe pedagógica realizou reunião com a turma orientando-os quanto à possibilidade e legalidade do aproveitamento de estudos realizados anteriormente, conforme prevê os Decretos Nº 5.154/04 e Nº 5.480/06. Os educandos em pauta encaminharam a solicitação comprovada à secretaria e a partir daí, foi possível à concessão e a reestruturação da turma, separando-os dos demais e possibilitando a eles o aceleração dos estudos, o que ao nosso entendimento, descaracterizou o curso integrado, ficando este curso, para esta turma, com características mascaradas, não sendo possível à integração das disciplinas de formação geral com as disciplinas de formação profissional.

A turma era heterogênea, constituída por alunos que variavam de 20 a 45 anos, composta por 11 educandos e 09 educandas, que naquele momento, vislumbravam a possibilidade da elevação da escolaridade e de uma formação profissional em curto prazo, melhoria da qualidade de vida de forma geral. Percebemos logo no início das aulas que os alunos desta turma tinham orgulho serem alunos da EAFS, afinal estavam voltando à escola e ser aluno da EAFS/RS era motivo de orgulho, tendo em vista a grande concorrência que tradicionalmente ocorria no exame de seleção e ainda ser aluno desta escola era sinal de um bom emprego garantido. De imediato confeccionaram por conta própria o uniforme, que vestiam freqüentemente fora do ambiente escolar.

Durante o primeiro ano de curso, 09 (nove) alunos se evadiram, justificando a incompatibilidade de horários em relação ao trabalho, problemas de saúde e familiares (alguns eram chefes de família), reduzindo a turma para 11 (onze) alunos, os quais concluíram os módulos de formação.

Salientamos também que no decorrer do curso houve problemas de freqüência, divisão de grupos, talvez por incompatibilidade de idéias. Dois grupos distintos se formaram, um dos grupos liderados pelo presidente da turma era formado pelos educandos e outro pelas educandas. Havia entre eles uma necessidade de medir forças entre idéias e decisões, o que a nosso ver prejudicou o rendimento do curso.

Ao iniciarem as aulas, verificou-se que a aprendizagem da grande maioria dos educandos era lenta, além de não terem disponível o material didático apropriado para esta modalidade de ensino, os professores tinham que retomar o conteúdo diariamente o que prejudicava o andamento das atividades, causando aos professores muita preocupação e desânimo. Constantemente procuravam a equipe pedagógica para repassar situações que os deixavam preocupados e, informavam que não se comprometiam com qualidade do curso, salientavam também que os alunos eram apáticos, não questionavam, faltavam freqüentemente às aulas, e quando retornavam tinham muitas dificuldades de aprendizagem, não realizavam as atividades de casa, não vinham às aulas de recuperação previstas, e chegavam constantemente atrasados, pois tinham a necessidade de se deslocarem diariamente ao refeitório para alimentarem-se e ali permaneciam por algum tempo, entre outros fatos.

Para a realização do PROEJA, com formação profissional em informática, houve a necessidade da implantação no Campus Sertão RS, de um novo laboratório com trinta computadores, de moderna tecnologia, que logo de início, assustou os alunos, pois a grande maioria nunca tinha manuseado um computador, situação que os deixavam apáticos e inseguros, durante as aulas ocasionando atraso no início da formação.

A afinação entre educadores e educandos demorou a acontecer. Os educadores não conheciam esta modalidade de ensino, muito menos ainda se sentiam preparados para atuarem no PROEJA, foi constatado que o treinamento oportunizado não fora suficiente, as falhas surgiam conforme passava o tempo. Era o momento de dar uma pausa nas atividades escolares e organizar o seminário de avaliação do curso, da escola, das atividades docentes e principalmente a auto-avaliação dos educandos. E assim iniciou-se o processo de dinamização das atividades, a compreensão por parte dos educadores que os educandos não teriam o mesmo rendimento de um curso regular, afinal, retornaram a escola depois de algum tempo. Salientamos aos professores que não havia a necessidade de se cumprir na íntegra o plano de curso, especialmente da parte técnica, que cada aluno tem seu ritmo de aprendizagem e que a constituição dos saberes, depende muito do poder da motivação que cada educador realiza nas suas aulas e principalmente que a avaliação não se constituía somente na realização de provas.

A auto-avaliação era um processo novo para a turma, oportunizando naquele momento que todos os educandos da turma tivessem a oportunidade de se avaliar, manifestando sua opinião em relação ao andamento das atividades, sua motivação e aptidão para dar continuidade ou não ao processo de aprendizagem proposto para aquele momento. Alguns tiveram extrema dificuldade de se expressar e, principalmente, de se auto-avaliar, pois era uma prática que não conheciam, devido à educação bancária que sempre foram submetidos.

Em relação à avaliação da escola, naquele momento estavam deslumbrados, pois a escola oferecia tecnologia de ponta e em quantidade razoável, para que todos tivessem oportunidade de ter uma boa formação. Estavam convivendo com uma realidade totalmente diferente, e isto os preocupava: eram muitas novidades e muitas cobranças, sendo que não estavam mais acostumados a isso. A grande maioria nunca tinha sentado na frente de um computador, muito menos tinham manuseado algum. Estava evidente que os educandos em questão vivenciavam o choque da nova realidade, e aquele momento de pausa e reflexão era necessário para dar prosseguimento às atividades escolares da turma.

A partir deste seminário, aconteceram algumas mudanças, principalmente no comportamento dos educadores que não se preocupavam em cumprir conteúdos previstos no plano de curso, mas valorizar o ritmo e a aprendizagem dos educandos motivando-os para dar prosseguimento nos estudos. Já os educandos começaram a questionar mais, estavam mais motivados para o desenvolvimento do curso e a partir deste diálogo, melhorou a relação entre educador-educando, tornando-os mais cúmplices e, companheiro desta viagem.

O curso teve prosseguimento sem maiores problemas, cada educando em seu ritmo de aprendizagem, sendo que os educadores estavam mais conscientes das potencialidades de cada um. O plano de curso não foi cumprido na íntegra, devido à dificuldade apresentada pela turma no decorrer do curso, mas o que valia naquele momento, era a qualidade dos conhecimentos que eles tiveram condições de construir e certamente colocarão em prática posteriormente. Quando da implantação do curso, a escola procurava criar condições nos educandos de construir a sua própria cidadania e a inserção social, buscando a transformação da realidade no exercício da autonomia, respeitando as diferenças individuais e sociais, elevando o nível da escolaridade e melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

Neste contexto, apenas onze educandos da Turma 2006/9 concluíram todos os módulos de conhecimento e pelas circunstâncias apresentadas realizaram curricular o estágio na própria instituição. Os estagiários desenvolveram sites educacionais, com o objetivo de colaborar com outros educadores da própria instituição no processo ensino-aprendizagem, durante o desenvolvimento de suas aulas.

Esses sites foram criados de acordo com as exigências e necessidades dos educadores, salientamos que nem todos os trabalhos propostos neste estágio tiveram a qualidade esperada, devido a dificuldades apresentadas no decorrer do programa e do estágio, à intenção era de facilitar a realização do estágio contribuindo para o processo ensino aprendizagem da própria

instituição, levando em consideração que a educação deve acompanhar a evolução da tecnologia de massa e principalmente que os educandos do PROEJA poderiam dar esta contribuição à educação promovida pela EAFS/RS.

Da turma 2006/9, a primeira turma do Campus a concluir o PROEJA, ficou a colaboração que estes educandos realizaram durante o estágio, ao criar sites educativos como ferramentas de trabalho de outros professores, os melhores trabalhos poderão auxiliar no processo ensino aprendizagem de outros educandos e principalmente o desafio e a certeza que nunca é tarde para aprender.

Salientamos que alguns trabalhos realizados no decorrer do estágio, não corresponderam às expectativas dos professores orientadores e não serviram como apoio didático para outras disciplinas, porém ficou a certeza que programas neste formato deveriam contemplar em sua estrutura profissional, somente conteúdos que tivessem estreita relação com o mundo do trabalho dos educandos envolvidos, para que os mesmos pudessem acompanhar todo o processo ensino-aprendizagem com o máximo aproveitamento e principalmente desenvolver a autonomia, com a possibilidade de sua emancipação.

4. CAPÍTULO IV

QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO DE EGRESSOS DO CURSO DE INFORMÁTICA DA EAFS/RS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados apurados durante a pesquisa realizada na turma 2006/9 – PROEJA com formação em informática do Campus Sertão RS, no que se refere à avaliação da eficiência do referido programa na primeira turma de alunos formandos da instituição, enquanto possibilidade de inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos educandos envolvidos. A presente pesquisa foi aplicada em várias etapas: avaliação dos documentos oficiais da seleção dos alunos, observação durante o seminário de avaliação e auto-avaliação, aplicação de questionário com questões abertas e fechadas respondido pelos alunos ao final do curso e ainda a realização de uma entrevista semi-estruturada com os egressos sete meses após a conclusão do referido curso.

Na pesquisa foi adotada a metodologia de estudo de caso, realizando a análise qualitativa. Esta pesquisa foi realizada em três etapas: aplicação de um questionário ao final dos módulos de conhecimentos, com questões fechadas, participação observativa no seminário de auto-avaliação realizado ao final do curso e realização de uma entrevista, após sete meses de conclusão do programa. Participaram desta pesquisa um grupo de onze alunos concluintes do PROEJA do Campus Sertão RS, que enriqueceu a análise e discussão do tema. Tendo em vista sua especificidade enquanto alunos-trabalhadores. Na sua maioria, realizaram o curso na expectativa de se manterem ou se inserirem no mercado de trabalho, com possibilidade de melhoria da qualidade de vida. Como se trata de uma pesquisa qualitativa exploratória, a partir do preenchimento de questionário semi-estruturado sem identificação dos respondentes e após a realização da entrevista, foi necessário transcrever neste trabalho a fala dos alunos. Para garantir o anonimato dos entrevistados, optamos por identificá-los por letras, preservando a fala original dos pesquisados, de forma a facilitar a leitura e compreensão por parte dos leitores.

Tais alunos, com história de vida já marcada pela sociedade capitalista tiveram seu ingresso prematuro no mundo da produção e acabaram cedendo às necessidades de sobrevivência, abandonando o direito da construção do conhecimento ainda em idade escolar, estas características estão relacionadas ao consumismo e a concorrência desenfreada e, a responsabilização dos próprios trabalhadores pelos sucessos ou fracassos em relação à posição que ocupam na sociedade.

Sempre ouvimos falar que o desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de ações que se organizam, se articulam são implementadas e efetivadas com seriedade ao longo de um processo histórico, cabendo à educação os objetivos da inserção social e cultural, a manutenção da identidade cultural, a luta pelo exercício pleno da cidadania e da profissionalização e a valorização e o reconhecimento dos conhecimentos adquiridos ao longo de vida. A educação é nesse sentido passa ser o processo de criação, produção, socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade por meio do trabalho.

Essas ações precisam ser concebidas numa sociedade que aponta para a necessidade da formação de sujeitos com autonomia intelectual, ética, política e humana, capazes de assumir uma educação e qualificação profissional para preparar os jovens e adultos, na perspectiva da vivência de um processo crítico e emancipador, e integrá-los plenamente na sociedade atual, com todos os direitos de cidadãos, conforme prevê a constituição brasileira.

O PROEJA tem como objetivo a (re) inserção de Jovens e Adultos no sistema educacional, com possibilidade de acesso a educação básica integrada com a formação profissional, elevando assim o nível de escolaridade, qualificação para o trabalho e de formação para a vida.

A importância da educação de uma forma geral compreende a integração ao mundo ao trabalho, ao uso da ciência e da tecnologia, o desenvolvimento geral do ser humano, da cultura geral, bem como os enriquecer cientificamente, politicamente, possibilitando aos jovens e adultos a inserção ou permanência no mundo do trabalho e nele atuar de uma forma ética e competente, técnica e política, visando à transformação da sociedade em função dos aspectos sociais e coletivos e ainda a possibilidade da continuidade dos estudos por toda a vida.

4.1. PERFIL DOS ALUNOS DA TURMA 2006/9

As aulas iniciaram em 03 de março de 2006, a turma era composta de 20 (vinte) alunos, nove educandas e onze educandos, destes, nove educandos evadiram ainda no decorrer do primeiro semestre. Essa elevada evasão parece ter múltiplas razões, muitas vezes ocasionadas pela inadequação escolar, pela necessidade de trabalhar ser mais urgente que concluir aos estudos ou por questões familiares que contribuem para que os educandos abandonem outra vez a escola.

A turma 2006/9 concluiu os módulos de formação em 20 de dezembro de 2007 com 11(onze) alunos, significando 55% do total de alunos da turma, destes, 08 (oito) educandas, correspondendo 72,7% do total de alunos e somente 03 (três) educandos, representando 27,3%, tal fato denota predominância das mulheres na permanência e persistência em concluir o programa. A partir de 01 de fevereiro de 2007, iniciaram o módulo do estágio curricular na própria instituição, com o objetivo de criar sites educacionais, como material de apoio didático a alguns professores da instituição.

A primeira parte da pesquisa se deu pela análise dos documentos do processo seletivo dos alunos da turma 2006/9, que concluíram o programa, num universo de onze educandos, com as seguintes faixas etárias, que variavam entre 18 a 55 anos, assim distribuídos: 03 (três), ou 27,3% educandos concentram-se na faixa etária de 18 a 25 anos, sendo 03 (três), ou 27,3% educandos na faixa etária entre 26 a 30 anos, no entanto é relevante a quantidade de educandos, 05 (cinco), representando um percentual de 45,4%, acima de 30 anos de idade.

Outra questão abordada se refere ao estado civil dos educandos da turma, sendo que 07 (sete) significando 63,3% dos educandos declararam serem casados, 03 (três) ou representando 27,3% eram solteiros e somente 01(um), correspondendo 0,94% dos educando era separado ou divorciado. Estes dados representam a evidente necessidade do aumento da renda familiar, e a escola representa a única alternativa para a aquisição de uma formação e valorização profissional. Em síntese, o PROEJA, criou muitas expectativas de melhoria da qualidade de vida destes educandos, a contradição entre o discurso e a prática está na compreensão dos falsos benefícios e papéis gerados pelo PROEJA, que se mostra de forma contraditória, pelo desafio de emancipação da classe trabalhadora, através de condições concretas e históricas, pela perspectiva de construção do dever histórico de que a escola atenda as expectativas de todos.

Em relação à escolaridade e tempo de afastamento da escola, constatamos que todos os educandos da turma já possuíam o ensino médio, concluído, sendo que: 10(dez), significando 90,9% dos educandos da turma possuíam formação através de exames supletivos e/ou EJA e 01 (um), correspondendo 9,1% cursou o ensino regular. Este aspecto demonstra que, este grupo de educandos, não tiveram acesso, ou não se interessaram em realizar sua formação através ao ensino regular. Questionamos sobre o tempo de afastamento da escola, constatamos que, 02 (dois) ou 18,3% dos educandos afirmaram que estavam afastados há menos de cinco anos, 03 (três), significando 27,2%, estavam afastados há mais de cinco anos e 06 (seis) representando 54,5% dos educandos já estavam afastados da escola há mais de dez anos. Sobre o tipo de escola que frequentaram antes do ingresso ao PROEJA, verificamos que todos os educandos eram oriundos de escolas públicas, visto que a renda familiar não oferecia condições para custeio de outra opção de ensino. Deduz-se que a procura pela escola pública, se dá principalmente em função da situação socioeconômica que a sociedade vem enfrentando nas últimas décadas, com a crescente baixa da renda da população em geral.

Ao ingressar no programa de acordo com as informações dos alunos pesquisados, 07 (sete) educandos afirmaram estarem empregados e quatro educandos não estavam exercendo nenhuma atividade profissional naquele momento. Sendo que apenas 05 (cinco) educandos, correspondendo a 54,5% realizam algumas atividades profissionais que coincidem com a área profissional do curso escolhido. Os educandos que se encontravam empregados, desenvolviam as seguintes ocupações: doméstica (1), diarista (3), vigilante de banco (1), funcionário (a) público (a) municipal (2).

Outro aspecto relevante está na renda familiar mensal, dos educandos da turma, sendo que 81,8% tinham como faixa salarial familiar mensal de R\$ 350,00 a R\$ 500,00, correspondendo a um salário mínimo apenas, e 18,2% dos educandos concentra-se a renda familiar entre R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 e nenhum educando declarou que a renda familiar mensal era superior a R\$ 1.000,00, evidenciando que este grupo se enquadra na faixa de baixa renda, sendo que muitos destes educandos se encontram na situação de chefes de família e acumulam um duplo desafio: o de buscar o sustento da família e frequentar um programa após um dia exaustivo de uma jornada de trabalho, que muitas vezes os impedem de frequentarem as aulas, tendo ainda que se manterem motivados a concluir o programa na perspectiva de obterem uma qualificação profissional, para melhorar a qualidade de vida.

Com relação ao interesse em realizar o PROEJA, com formação profissional em Informática, foi elaborada uma questão subjetiva. Segundo depoimentos dos educandos este interesse em realizar o programa, naquele momento tinha como objetivo: “o crescimento pessoal, a elevação do nível de escolaridade, a busca de uma formação profissional, mais uma opção de emprego e ainda a melhoria das condições de trabalho”.

Alguns educandos relataram ainda, que o PROEJA foi uma oportunidade de conhecer a escola e também a possibilidade de estudar numa escola reconhecida pela qualidade do ensino e que historicamente é referência na formação de cidadãos que atuam nos mais diversos segmentos da sociedade e que na grande maioria são bem sucedidos profissionalmente e financeiramente.

Diante do exposto, fica evidente o compromisso que o campus Sertão RS tem com os Jovens e Adultos de sua área de abrangência, que tudo apostaram para a realização do PROEJA, na perspectiva de melhorarem a qualidade de vida e das condições de trabalho, na possibilidade de resgatar sua identidade social.

4.2. AVALIAÇÃO DO CURSO E AUTO-AVALIAÇÃO

No final do quarto módulo de conhecimentos, foi realizado um seminário de avaliação do programa como um todo, foi avaliado o grau de satisfação dos educandos em relação ao

PROEJA, no que se refere aos conteúdos desenvolvidos, estrutura física e humana oferecida pelo Campus Sertão RS, para o desenvolvimento do curso e ainda a auto-avaliação dos educandos.

No que se refere à capacidade de adaptação ao programa e ao conteúdo desenvolvido todos os educandos afirmaram que foi boa a capacidade de adaptação, mas que no início do programa tiveram muitas dificuldades, devido à falta de base dos conteúdos. Acreditam que estas dificuldades ocorreram tendo em vista que até então não tinham nenhum contato e acesso a computadores no trabalho e em suas residências. Além de terem que superar o cansaço provocado pela rotina do trabalho diária e ainda a falta de hábito de estudar no horário noturno e, ainda, as dificuldades de se expressarem durante as aulas. Salientaram também, que tinham dificuldades de entenderem a linguagem dos professores, visto que não conheciam as palavras técnicas das disciplinas, isso se deve também, porque os docentes também não tinham experiência com a modalidade de educação de Jovens e Adultos, mais especificamente utilizando a linguagem técnica e a metodologia de trabalho que utilizam nas turmas em que os educandos estão em idade regular de escolarização e possuem o acesso contínuo aos computadores e meios de comunicação em massa.

Em relação aos pontos positivos do curso, os educandos citaram a excelente estrutura dos laboratórios de informática que a escola oferecia para o desenvolvimento do curso, pois estes eram equipados com tecnologia de ponta, oferecendo todas as condições para que o curso se desenvolvesse com qualidade. Questionamos também qual era o grau de satisfação dos educandos em relação ao curso oferecido, a resposta de todos foi considerada “boa”, pois o curso no momento correspondia todas as expectativas.

Questionamos, ainda se eles recomendariam o PROEJA, para outros educandos e novamente foram unânimes em afirmar que recomendariam, pois entendiam que esta oportunidade era imperdível, já que a realização do mesmo poderia significar uma mudança de vida, com a possibilidade da aquisição de um bom trabalho, valorização profissional e a possibilidade do prosseguimento dos estudos.

Nesta mesma oportunidade foi realizada a auto-avaliação dos educandos, oportunidade em que relataram como estava a auto-estima e o grau de satisfação em relação ao curso e como eles se sentiam para a realização do estágio, módulo final do programa. Nesse sentido, a auto-avaliação pode se tornar um olhar crítico e consciente sobre o que se faz, enquanto faz. O educando neste momento tem a oportunidade de auto-questionamento, demonstrando o que já é capaz de fazer, refletir sobre o que já fez o que aprendeu quanto progrediu, quais as perspectivas futuras... Deve ser um momento de reflexão e interação entre professor-aluno, de modo a propiciar progressivamente a responsabilidade do aluno em relação ao processo avaliativo e emancipatório.

Durante esse processo, os educandos realizaram depoimentos que serão expostos a seguir, de acordo com a fala original deles:

Me sinto muito feliz com que aprendi, pois nunca tive a oportunidade de ter contato com a informática; (educando A).

Cresci muito, me sinto mais preparada para a vida; (educando B).

Me sinto mais bonita, pois tenho oportunidade de me arrumar e ficar mais bonita para meus colegas; (educando C).

É uma oportunidade de adquirir uma profissão, mesmo depois de certa idade; (educando D).

Descobri que nunca é tarde para aprender, e agora já auxilio meu filho nas atividades da escola; (educando E).

Sempre tive medo até de chegar perto do computador, não tinha nem noção de como ligava esta máquina; muito menos a noção de utilizar ela; (educando F).

Sempre fui muito calada, não sabia nem o que falar, este curso me ajudou a me comunicar e hoje falo tudo que quero, não fico mais calada, só escutando; (educando G).

Me sinto mais importante, afinal deixei de ficar para trás dos outros e até posso ajudar os meus vizinhos, quando eles têm dificuldade de informática; (educando H).

Consigo ensinar meu filho, coisa que até agora era impossível, pois houve muita mudança na educação do meu tempo de aluno até agora; (educando I).

Converso com minha família sobre o que aprendi na noite anterior e até explico algumas coisas para eles do que aprendi na escola; (educando J).

Acabou a rotina, de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Agora tenho um motivo muito importante para sair de casa, vir para a escola é um prazer, pois sei que a cada dia aprendo um pouco e com isto vou ter uma profissão e vou ter orgulho dela. (educando K).

Criamos aqui um grupo de amigos, e temos a obrigação de estarmos bem arrumados para os colegas, e assim nos sentimos mais bonitos e vir para a escola se torna um momento de alegria e muito prazeroso. (educando G).

Nunca pensei que ainda tinha capacidade de aprender a lidar com computador, na minha idade as pessoas pensam em parar de trabalhar e ficar em casa (aluna com 55 anos de idade); (educando F).

Me sinto importante, afinal, vou ter um diploma para mostrar que também tenho uma profissão valorizada; (educando C).

É uma transformação muito grande, de faxineira a técnica em informática, isto é se eu conseguir um emprego na área; (educando E).

Agora tenho muitos sonhos, pretendo trabalhar numa loja, escritório, ou num lugar que não exige trabalho braçal; (educando B).

Posso fazer concurso público, pois terei um comprovante que tenho capacidade para exercer uma função num setor público. (educando D).

O estágio é ainda um momento de desafio, pois não sabemos se daremos conta do que vão pedir para fazer. (educando G).

Precisamos de muito apoio durante o estágio, pois acho que não conseguimos aprender tudo, tem conteúdo que temos dúvidas. (educando E).

Pessoal, já que conseguimos chegar até aqui, temos obrigação de terminar o curso e o estágio é obrigatório. (educando E).

Nós provamos para nós mesmos que conseguimos aprender e vamos até o final. (educando A).

Percebemos pela fala dos educandos, que a partir da inserção no PROEJA, surgiram muitas expectativas de melhoria da qualidade de vida, é plenamente compreensível que um novo programa de inclusão social com características que promete qualificação em curto espaço de tempo, reavivam as esperanças a uma parcela da população que não tinha mais sonhos e ainda poucas possibilidades de mudar esta realidade.

A auto-avaliação contribuiu para o processo avaliativo, pois possibilitou aos educandos ter consciência dos objetivos da aprendizagem, acompanhar o seu próprio desenvolvimento, suas múltiplas aprendizagens, suas necessidades nesse processo de aprender e, sobretudo que, esse acompanhamento indique caminhos para os avanços. De acordo com o documento Base do Proeja “Essa prática diagnóstica deve promover, também, a interação social, o desenvolvimento cognitivo, cultural e socioafetivo” (Brasil, p. 41, 2007). A auto-avaliação ainda possibilita a reflexão das atividades que desenvolveram, participando de forma consciente ou não, expor suas angústias e expectativas, que precisavam naquele momento ser compreendidas pelos educadores, oportunidade ainda de expressar seus erros, suas limitações, o que não sabiam e principalmente o que precisavam saber.

Os alunos adultos são sujeitos plenos de experiências vividas que na maioria não são ouvidos e devidamente valorizados pelo sistema de ensino, deixando de realizar a troca de saberes entre o educandos e educadores. Quando ocorre essa relação de troca, ocorrem mudanças significativas na vida destes indivíduos que cada vez mais interagem com os diferentes saberes e como pessoas que transformam o olhar e a leitura que fazem do mundo.

Cedendo a esse discurso, não há outra forma de vislumbrar alternativas, dadas às condições econômicas atuais, os Jovens e Adultos buscam através do PROEJA, ansiosamente desenvolver em curto prazo, as atitudes e habilidades consideradas pré-requisitos para fazer parte da vida social e do mundo do trabalho, cada vez mais restrito. Para Freire, (1987, p. 82),

Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira. Não existe tão pouco diálogo sem esperança. A esperança esta na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca. Uma busca que já vimos não se faz pelo isolamento, mas na comunicação entre os homens – o que é impraticável numa situação de agressão.

Fica evidente que ensinar exige também saber escutar, se, na verdade, o sonho que nos anima como educadores, é democrático e solidário, temos que aprender a escutar, deixar um pouco de falar de cima para baixo, como se fossemos donos da verdade e somente tentar transmitir conhecimentos e experiências, pois é escutando que aprendemos a dialogar e aprender com eles.

Nós educadores, precisamos transformar o nosso discurso em um momento de escuta, para que os educandos possam expor suas angustias e expectativas, para dessa forma possibilitar um diálogo franco e motivador, no intuito de transformar este momento num ato desafiador, (pois para eles se torna muito difícil falar deles mesmos e de suas dificuldades e expectativas), e de compreensão do mundo, para que se tornem autônomos na busca do conhecimento e que possam se inserir na sociedade de uma forma participativa, com todos os direitos de cidadãos. Nesta visão, Freire, 1987, p. 52, afirma que: “Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão”.

4.3. AVALIAÇÃO DA ESCOLA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Sertão RS, possui 51 anos de trajetória profissional, tendo como carro chefe o curso de agropecuária, foi o pioneiro na região sul do Brasil a implantar o PROEJA, dentro dos moldes do Decreto Nº 5.480/06, enfrentando um duplo desafio: o primeiro foi de implantar uma nova modalidade de ensino – a Educação de Jovens e Adultos, integrada a formação profissional e segundo por implantar um curso com formação profissional em informática na sede, uma vez que mantinha este curso em três extensões e a experiência não fora das melhores, com alto índice de evasão e ainda por ter somente dois professores atuando na área de informática na escola o que acarretou a contratação de mais profissionais.

Naquele momento o grau de satisfação dos alunos em relação à estrutura do Campus era satisfatório, pois a grande maioria deles, mesmo morando próximo da escola ou no mesmo município de localização da escola, não conhecia a Instituição, pois nunca tiveram acesso a ela, desconhecendo totalmente o funcionamento e a que forma a escola foi estruturada. Este fato se dá porque tradicionalmente ingressavam até então na escola, adolescentes em idade escolar própria, na grande maioria de outros municípios da região, com disponibilidade de tempo e de recursos financeiros para custear seus estudos no curso escolhido, em turno integral, durante os três anos de formação, ou somente quando o campus Sertão RS, se

tornava uma possibilidade de emprego para um grupo de servidores terceirizados que ocupam um posto de trabalho por um tempo determinado em atividades braçais de manutenção em geral dos setores produtivos, pedagógicos e de vigilância.

Portanto a grande maioria dos alunos do PROEJA, desconheciam a estrutura de uma escola pública federal, inserida no meio de uma população extremamente carente, que deveria ter como objetivo principal o atendimento a esta parcela da população, localizada no seu entorno, como forma de proporcionar condições de qualificação e de encaminhamento ao mercado de trabalho, uma vez que o Campus Sertão RS, tem uma agência de emprego dentro da instituição, que possui um banco de dados de necessidades e postos de trabalho, com encaminhamento de egressos ao o mercado de trabalho.

Dessa forma entendemos que o Campus, dessa forma exerce aqui um duplo papel: Por um lado abre uma via, embora para a maioria seja mais aparente que real, através da qual é possível melhorar a posição social de indivíduos que participam do Programa através dos cursos profissionalizantes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, como oportunidade de adquirir uma capacitação, e, sobretudo, permitir aos indivíduos lutar pessoalmente para mudar de sua posição social, galgando uma posição mais desejável. Na realidade, a escola é hoje o principal mecanismo de legitimação do saber de nossa sociedade, pois se supõe que através dela, os educandos adquirem a possibilidade de participar de uma seleção objetiva, onde os mais capazes para o desempenho das funções mais relevantes, conquistam também as recompensas mais elevadas.

Diante desta situação questionamos, qual é a função de uma instituição pública que não se preocupava com os interesses da comunidade onde está inserida? Pois esta mesma escola deveria implantar uma política pública de inclusão social da comunidade de seu entorno, mediante a oferta de educação profissional com elevação do nível de escolaridade, como política de direito, ampliando a oferta de educação de jovens e adultos na região dando-lhes uma oportunidade de ingressar no mundo do trabalho com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade, contribuindo para alavancar o desenvolvimento regional.

Fica visível que o nosso sistema educacional é para poucos e seletos educandos, que para ingressar numa escola de qualidade, é necessário passar por uma rigorosa seleção que geralmente é incoerente e injusta, quando esta mesma escola deveria servir a muitos de forma igualitária, que possibilitasse de forma natural, o retorno das atividades escolares de forma prazerosa e motivadora dessa parcela da população que mais carece da necessidade de elevar o nível de escolaridade e de qualificação para atender as necessidades do público jovem e trabalhador.

4.4. ENTREVISTA COM EGRESSOS DO PROEJA

Após seis meses de conclusão do PROEJA, saímos em busca dos egressos com o objetivo de localizá-los para verificarmos a condição profissional atual de cada um, mais precisamente, quais são as condições reais de ingresso e permanência no mercado de trabalho para aqueles que estavam desempregados quando ingressaram no programa, se houve aumento da auto-estima e se estão motivados para continuar estudando, se houve crescimento profissional aos seus egressos que já estavam inseridos no mercado de trabalho quando ingressaram no curso e, se houve melhoria da qualidade de vida do grupo atendido pelo programa.

O interesse em realizar a entrevista se deu em função da verificação junto aos egressos de como está se estabelecendo o PROEJA, enquanto programa de inclusão social, e por esta ser a primeira turma de educandos a terem concluído o programa que se têm notícias, através do aceleração dos estudos; por aproveitamento de conhecimentos anteriores. A visita aos egressos ocorreu em suas residências, as quais foram gravadas e depois transcritas para esta

dissertação. Optamos em realizar também a entrevista pela quantidade de dados que ela nos fornece e a possibilidade de uma conversa informal com os atores sociais que vivenciaram a trajetória de realizarem um Programa de inclusão social recentemente implantado pelo Governo Lula.

Segundo Duarte (2004, p. 215), “Entrevistas são fundamentais quando se deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos [...] em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”.

A entrevista foi organizada com doze perguntas, sendo onze questões estruturadas (conforme anexo 02) e uma questão aberta para que os egressos pudessem realizar depoimentos sobre seus sentimentos, reclamações e opiniões sobre o PROEJA. Esta entrevista serviu como um meio de coleta de informações com o objetivo de obter dados objetivos e subjetivos sobre o desenvolvimento do PROEJA, enquanto programa de inclusão social.

Ao realizarmos a entrevista, constatamos que na verdade pouco ou nada mudou, em relação à inserção no mercado de trabalho, os egressos ainda continuam na grande maioria na mesma posição que estavam antes de ingressar no PROEJA, o que contradiz o documento Base do PROEJA, que prevê que os alunos devem ter uma formação “[...] para inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda” (Brasil, 2006, p.17).

Os depoimentos abaixo são reportados na íntegra para preservar a fala original dos egressos. Perguntamos, a idade atual, com quantos anos ingressaram no programa. As respostas estão no início do capítulo (perfil da turma). As demais perguntas seguem abaixo pela ordem e os educandos foram identificados pelas mesmas letras, conforme o depoimento do seminário de auto-avaliação para preservar o anonimato. As perguntas foram realizadas nesta ordem.

Porque resolveram ingressar no PROEJA:

- Pela formação técnica que o PROEJA prometia; (educando A).
- Pretendia ter conhecimentos em informática e retornar aos estudos e o PROEJA possibilitou isto pra mim; (educando B).
- Porque gosto de desafios e quero tentar fazer coisas que não tive oportunidade antes, como estudar em idade certa; (educando C).
- Para aperfeiçoamento profissional; (educando D).
- Porque fazia cinco anos que estava longe da escola e não tinha uma profissão, aquele momento era uma oportunidade de se qualificar; (educando E).
- Meu objetivo era de um dia voltar a estudar, buscar uma qualificação profissional e melhorar de vida; (educando F).
- Por incentivo da família e para ter uma profissão; (educando G).
- Para ter um futuro melhor realizar um bom curso técnico gratuito; (educando H).
- Para crescer profissionalmente, pois a informática hoje é necessária, sendo o básico de tudo; (educando I).
- Para ter uma profissão, e dar exemplo para os meus filhos, se eu quero que eles estudem, preciso mostrar que também posso; (educando J).
- Para poder voltar à escola, e ter uma profissão definida; (educando K).

Nota-se como a implantação do PROEJA, criou expectativas em relação à aquisição de uma formação profissional e a melhoria da qualidade de vida dos educandos e de suas famílias. A transformação do mundo do trabalho é uma questão de muitos aspectos, levamos em consideração a globalização e as novas tecnologias, as dificuldades de encontrar um novo posto trabalho e o aumento do desemprego causam inquietude para sociedade, e, estar despreparado neste momento é estar condenado a ficar a margem da sociedade. Portanto há a

necessidade urgente de capacitar os jovens e adultos que estão afastados dos bancos escolares há algum tempo, com vistas a aumentar o desenvolvimento de competências e de novas habilidades, e, ainda desenvolver a capacidade de adaptar-se de forma produtiva ao longo de toda a vida, às demandas em constante evolução no mundo do trabalho, e o PROEJA, veio como uma alternativa para atendimento dessa demanda da população que necessita de uma qualificação profissional em curto prazo.

Perguntamos se os egressos se arrependem de ter feito o PROEJA:

Não, porque aprendi muito e está sendo útil o que aprendi, na área de informática já sou independente, hoje não mando mais fazer, eu mesmo faço; (educando A).

Não aumentou os conhecimentos de uma forma geral e as chances de conseguir um emprego melhor; (educando B).

Não. Porque tenho mais oportunidades de trabalho; (educando C).

Não. Aprendi muitas coisas boas de informática, inglês e português; (educando D).

Não. Porque fiz muitas amizades, aprendi muitas coisas além da informática, conhecimentos gerais, aumentou o meu grupo de amizades; (educando E).

Não. Por que aprendi coisas diferentes e o curso me incentivou a continuar estudando; (educando F).

Não. Pois o curso poderá me oportunizar um emprego na área de informática; (educando G).

Não, pois aprendi muita coisa no curso e cresci como pessoa; (educando H).

Não, cresci como pessoa e profissionalmente aprendendo mais; (educando I).

Não, de forma alguma. Gostei do curso. Aprendi muito; (educando J).

Não, de jeito nenhum, aprendi muito, fiz novas amizades; (educando K).

Nesse aspecto percebemos que o PROEJA colaborou para o crescimento intelectual dos educandos, pois o direito ao trabalho, o acesso ao emprego e a responsabilidade de contribuir, em todas as fases da vida, para o sustento e o bem estar da família, são necessidades que culturalmente se concretizam pelo acesso a educação. Como constamos nos depoimentos acima a educação ainda é um processo de autotransformação social, cultural e da coletividade, pois ela poderá contribuir para responder as necessidades de um grupo, a fim de permitir a melhoria da qualidade de vida da população que dela se utiliza, trazendo inclusive a independência em alguns aspectos, conforme constatado no depoimento do educando A e ainda cria para a grande maioria expectativas de possibilidade de transformar o mundo do trabalho com uma qualificação que oportunize a colocação dos indivíduos em novos postos e ocupações no mercado.

Um aspecto que merece nossa atenção é em relação aos depoimentos dos egressos E e K, referente ao aumento do grupo de amigos durante a realização do PROEJA, formando um novo grupo de convivência e ampliando seus grupos de amizades, que certamente aumenta também a auto-estima e ainda pelo simples fato de se sentirem na condição de alunos outra vez, certamente despertou nesse grupo o desejo de aprender e ter uma profissão definida. Admitiram que aprenderam muito neste período, referindo-se ao aumento dos conhecimentos de uma forma geral, os que tornou-os mais seguros diante dos desafios que se impõem.

Admitem que houve crescimento pessoal e profissional?

Sim. Profissional porque me deu a direção profissional e pessoal pela convivência com pessoas de diferentes idades num mesmo ambiente por um bom tempo; (educando A).

Sim. Aumentou o meu círculo de amizades, me trouxe conhecimentos que até então não possuía; (educando B).

Sim. Antes do PROEJA eu trabalhava na cozinha da escola. Atualmente, trabalho como auxiliar administrativa, fazendo uso do computador e ainda dou aulas de informática para alunos de um projeto municipal para atendimento de crianças de rua; (educando C).

Sim. Aperfeiçoamento em Informática e amizades aumentou o grupo de amigos e uma boa convivência durante o curso; (educando D).

Sim. Tive oportunidade de fazer outros cursos, fazer trabalhos utilizando o computador, durante os cursos auxiliei os professores como monitora. Atualmente sou caixa de padaria; (educando E).

Sim. Aprendi muitas coisas sobre informática, houve valorização pessoal e profissional; (educando F).

Sim. Venci a timidez, eu não me expressava e aprendi um pouco de informática; (educando G).

Sim. Sou funcionário público e antes varia as ruas, hoje sou auxiliar administrativo; (educando H).

Sim. Aprendi mais sobre a informática e conquistei novas amizades; (educando I).

Sim, com certeza. Aprendi muitas coisas além de informática. A convivência com o grupo de alunos foi muito interessante; (educando J).

Sim, aprendi muito de informática e hoje faço meus trabalhos sozinha e até auxílio os meus filhos; (educando K).

De acordo com estes depoimentos concluímos que o acesso à informação, do domínio de novas tecnologias e a inserção social são fundamentais para que os educandos tenham condições de melhorarem e se inserirem de forma mais justa e igualitária. Para Paiva (2004, p. 44), “Educação para todos significa dar as pessoas, independente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente”. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com a sociedade. É fundamental o reconhecimento do direito a educação continuada durante a vida com ações que garantam as mínimas condições necessárias para o exercício da cidadania.

Sendo assim acreditamos que a educação de jovens e adultos é um direito fundamental, pois existem milhões de pessoas - a maioria mulheres - que não tiveram oportunidade de aprender, nem mesmo o acesso a este direito, e voltar a escola depois de algum tempo representa uma conquista muito importante, pois a educação tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturas proporcionando assim o fortalecimento do indivíduo na sociedade.

Salientamos a importância da realização do PROEJA, nos depoimentos dos egressos “A, C, H e J”, sobre a importância da convivência do grupo com educandos de várias idades, enriquecendo esta experiência e provando que em todas as etapas da vida, há possibilidade de aprender. Ainda salientamos nos depoimentos dos egressos “C e E” houve valorização profissional, pois tiveram a oportunidade de mudar de setor no trabalho, pois adquiriram competências e desenvolveram habilidades para desempenharem funções restritas à área do programa, contribuindo para ao aumento da auto-estima dos envolvidos.

O PROEJA influenciou na aquisição de um novo emprego?

Não. Eu já trabalhava em malharia e continuo no mesmo ramo, mas acho que me deu possibilidades de trocar de emprego; (educando A).

Por enquanto não, continuo desempregada; (educando B).

Não, continuo como funcionária pública municipal; (educando C).

Não, por enquanto, continuo como atendente de sorveteria; (educando D).

Sim, sou atendente de padaria; (educando E).

Não, continuo no mesmo emprego (vigilante), mas me ajuda em outros aspectos; (educando F).

Ainda não, continuo desempregada; (educando G).
Sim, com o curso tive chance de crescer no trabalho; (educando H).
Não continuo trabalhando como agente de saúde; (educando I).
Não. Pelo contrário durante o PROEJA, só arrumei emprego em refeitório como cozinheira; (educando J).
Não, até agora não, consegui um estágio através do curso de pedagogia que iniciei recentemente; (educando K).

Como percebemos pelos depoimentos dos educandos, existem contradições entre os objetivos propostos pelo PROEJA: a inclusão social, a qualificação e o ingresso imediato no mercado de trabalho. Constatamos a condição nesta pesquisa no que se refere mais especificamente ao ingresso no mercado de trabalho na área de formação visto que, grande maioria dos educandos ainda não conseguiu inserir-se no mercado de trabalho, ou continuam na ocupação anterior ao ingresso ao programa ou ainda continuam desempregados sem perspectivas de ocupar uma vaga na área de formação, isto significa que os educandos formados pelo através da educação profissional e superior no Brasil, continuam sem expectativas de ingresso no mercado de trabalho na formação escolhida.

Mediante o trabalho é que podemos buscar a realização de nossas potencialidades e ainda melhorar as condições da qualidade de vida, entretanto o trabalho para algumas pessoas ainda se torna uma atividade desgastante, desvalorizada ou inatingível, já que o processo de produção vem ocorrendo uma série de alterações que modificam as exigências da qualificação do trabalhador. Para Dell Pino (1997, p.10), “há a necessidade de maior qualificação para lidar com novas tecnologias do qual se exige maior responsabilidade, autonomia e polivalência”.

Não podemos negar que o programa trouxe alguns benefícios que de certa forma contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e inserção social dos educandos envolvidos, por meio da satisfação das necessidades de aprendizagem, resgatando uma dívida social para aqueles que foram excluídos ou não tiveram acesso à escola em idade própria.

Compreendido enquanto processo de formação continuada o PROEJA, ainda deve receber o devido valor do estado e o apoio e reconhecimento da sociedade de forma a oportunizar o ingresso e permanência desses jovens e adultos no mercado de trabalho, mais especificamente em sua área de formação profissional a fim de assegurar a continuidade e a credibilidade do programa.

Fundado nos valores da democracia, da participação da igualdade e solidariedade social o PROEJA deve permitir aos educandos mudar a qualidade de vida e a escola através do setor de relações empresariais tem a obrigação de encaminhar também como faz com os egressos do curso técnico em agropecuária para o mercado de trabalho, já que possui dentro da própria instituição uma agencia de empregos com uma demanda maior de vagas do que de ofertas de mão de obra qualificada. No entanto, ainda não há nenhuma ação neste sentido para a inserção destes egressos no mundo do trabalho. É visível e não compreensível à falta de valorização destes profissionais pela própria instituição que oportunizou a formação destes educandos.

Recomendariam o PROEJA para alguém?

Sim, porque é um programa que atende indivíduos conforme as necessidades, pois tem um atendimento diferenciado; (educando A).
Sim, oportuniza ao aluno ter uma profissão sem custos; (educando B).
Sim, porque abre caminhos para a qualificação; (educando C).
Sim, porque o PROEJA é um curso interessante; (educando D).
Sim, porque oportuniza a volta para a escola, conhecer a escola (EAFS), que até então não conhecia só ouvia comentários sobre ela e aproveitar os benefícios que a escola oferece, gostaria muito de ser aluna desta escola e para fazer novos amigos; (educando E).

Sim, é uma oportunidade de crescimento profissional, pode oportunizar uma melhor qualidade de vida pessoal e para a família; (educando F).

Sim. Porque é uma oportunidade gratuita de estudar e ter uma profissão; (educando G).

Sim. Com certeza para mim o curso foi ótimo; (educando H).

Sim para terem oportunidade de aprenderem mais e quem sabe terem uma profissão; (educando I).

Sim. Pois todos saem ganhando e aprender só faz bem. Para nós adultos o PROEJA é um curso muito interessante; (educando J).

Sim para todas as pessoas que gostariam de voltar a estudar e que gostariam de mudar de profissão; (educando K).

Concluir o PROEJA para estes educandos foi um privilégio e uma honra, ser alunos de uma instituição que tem reconhecimento pela sociedade pela qualidade de ensino oferecida também é um privilégio - depoimento do educando "E". De acordo com o depoimento dos egressos todos recomendariam o curso para familiares, amigos e pessoas da comunidade, visto que o curso é gratuito e no entendimento deles de boa qualidade, tem um atendimento diferenciado em relação aos cursos regulares, conforme depoimento do educando "A" trouxe uma oportunidade de qualificação, possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de certa forma, melhoria da qualidade de vida para os egressos e seus familiares, visto que as exigências da sociedade atual requerem dos indivíduos a formação integral do ser humano de modo a assegurar o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários á participação social e a inserção no mundo do trabalho.

Pretendem continuar estudando?

Sim, já estou cursando o Curso de Ciência da Computação e através dos professores do PROEJA, fiquei sabendo da possibilidade de ter bolsa de estudo na universidade; (educando A).

Por enquanto não, preciso arrumar um emprego; (educando B).

Sim pretendo fazer um curso superior, para atuar como professora; (educando C).

Sim, pretendo fazer um curso técnico em radiologia; (educando D).

Sim, pretendo fazer vestibular logo; (educando E).

Já estou estudando, faço curso de cabeleireiro, pretende continuar estudando na área de informática, para ser auxiliar administrativo; (educando F).

Sim. Gostaria de fazer um curso de pedagogia para trabalhar com crianças; (educando G).

Sim. Pretendo fazer um curso de nível superior; (educando H).

Sim. Mais tarde, se tiver cursos nos moldes do PROEJA; (educando I).

No momento não. A prioridade é de meus filhos. Acredito que em cursos regulares teremos muitas dificuldades; (educando J).

Sim. Já estou cursando pedagogia; (educando K).

Diante do exposto, constatamos que o PROEJA ocasionou a motivação dos educandos para continuar estudando, visto que é um programa diferenciado, que garante a valorização e aproveitamento de experiências anteriores pelo qual desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e adquirem competências técnicas ou profissionais a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade. No momento da realização da pesquisa constatamos que dois educandos já estavam inseridos em outros cursos, sendo que um em nível superior e um em curso de formação continuada.

Garantir o acesso à educação das pessoas jovens e adultas é respeitar um direito humano. No entanto espera-se mais, que essas ações ou programas tenham continuidade nos diversos sistemas de ensino, conforme prevê a constituição de 1988, dentro de uma

perspectiva que contemplem políticas públicas consistentes, duradouras e articuladas a outras estratégias de desenvolvimento econômico, social e cultural, assegurando a continuidade de estudos sob formas flexíveis e diferenciadas, de modo a assegurar a permanência dos educandos nos programas/cursos garantindo a conclusão de seus estudos.

O acesso às informações é outro aspecto relevante e O PROEJA, possibilitou aos educandos, principalmente sobre os direitos e possibilidades de inserirem-se em programas que possibilitem a continuidade dos estudos, conforme depoimento do educando “A”.

Em relação à vontade de dar prosseguimento em seus estudos, em torno de 80% dos alunos entrevistados, (os mais jovens), pretendem continuar estudando em cursos que os habilitem a prestarem concurso público na EAFS, ou em um outro órgão público tanto na esfera municipal ou estadual, pois asseguram que esta ocupação daria a eles a estabilidade que todos almejam já os egressos mais velhos na grande maioria estão satisfeitos somente com esta formação, pois afirmam que progrediram durante a realização do PROEJA

Depois do PROEJA, o que mudou na sua atuação profissional?

Nada, ainda não utilizo o computador em meu trabalho; (educando A).

Não mudou nada, continuo desempregada; (educando B).

Me senti mais valorizada, hoje faço coisas que antes não sabia, trabalho em várias atividades ligadas a informática(educando C).

Não tenho atuado na área de informática, no meu trabalho não tem computador; (educando D).

Melhorou, aprendi a me comunicar com as pessoas, tenho mais segurança naquilo que faço, aumentou a minha auto-estima, parei até de fazer tratamento psicológico; (educando E).

No meu emprego nada mudou, mas em casa, atualmente utilizo o computador para se qualificar, consegui até uma nova oportunidade de emprego, mas desisti, não compensava financeiramente; (educando F).

Ainda nada. Continuo desempregada; (educando G).

Sim, com certeza, pois para mim foi ótimo curso, que me ajudou muito; (educando H).

Por enquanto não mudou nada, estou na mesma atividade profissional; (educando I).

Ainda nada. Pretendo arrumar um emprego que eu use a informática, para aplicar o que aprendi no PROEJA; (educando J).

Me sinto mais segura e realizo meus trabalhos sozinha, mesmo não atuando profissionalmente na área de informática percebo que cresci; (educando K).

Embora os dados acima sejam contrários aos objetivos do PROEJA, os mesmos representam uma preocupação em relação à inclusão dos educandos no mercado de trabalho, pois o programa compreende a educação como importante forma de inclusão e funções equalizadoras, reparadoras, e qualificatórias, o programa oferecido no Campus Sertão RS, ainda não está cumprindo com o papel de diminuir a pobreza e as desigualdades sociais.

Por ser um programa integrante das políticas públicas educacionais visando à inclusão social do governo Lula, o PROEJA tem como objetivo reparar uma dívida acumulada ao longo do tempo para uma parcela da população de certa forma foi excluída da escola em idade regular, visa à diminuição das desigualdades sociais e a qualificação integrada ao ensino médio em pouco espaço de tempo, com o objetivo de inserir seus educandos no mercado do trabalho e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, o que nos preocupa é que ainda não está tendo a devida valorização e reconhecimento da sociedade e oportunizando a colocação dos egressos no mundo do trabalho, podendo assim, desestimular os jovens e adultos que futuramente seriam inseridos no programa.

Que melhorias ocorreram na qualidade de sua vida e de seus familiares após o PROEJA?

Ampliação dos conhecimentos e a independência nas atividades ligadas a informática, pois acredito que conhecimentos geram cultura e ainda a troca de experiências; (educando A).

A convivência com colegas foi muito boa, a possibilidade de poder argumentar e alguém me escutar e ainda o planejamento que aprendi a realizar; (educando B).

Melhorou a renda familiar, pois realizo atividades que antes não sabia, o relacionamento familiar melhorou, conversei mais com o meu filho adolescente, pois tenho outra visão do mundo. Estive como estudante por um determinado tempo e isso foi muito bom; (educando C).

Acredito que sim, a convivência com os colegas foi muito boa, pois todos nós tínhamos o mesmo objetivo. A minha auto-estima melhorou, pois tínhamos expectativas de um futuro melhor, a minha mãe tinha orgulho de me ver estudando novamente, é uma pena que não consegui emprego na área de informática; (educando D).

Após ingressar no PROEJA, parei de fazer tratamento psicológico, aprendi a me comunicar com as pessoas, pois tinha mais segurança, comecei a transmitir para a família o que aprendia na escola, melhorou até o meu relacionamento com eles e pela primeira vez tive o apoio da família naquilo que faço; (educando E).

Comecei a trocar idéias com minha filha que faz curso de informática, aprendi a fazer manutenção e faço para os vizinhos quando eles precisam, é uma pena que não consegui comprar o meu próprio computador; (educando F).

Depois de ingressar no PROEJA, comecei a conversar mais com a família, o diálogo com eles ficou muito bom, aumentou a minha auto-estima, afinal eu adquiri uma profissão, agora tenho opinião própria e não vou pelas idéias dos outros; (educando G).

Para mim foi gratificante, melhorou o meu trabalho e a minha família está feliz por mim e eu gosto muito do que faço atualmente, quero até fazer concurso público; (educando H).

Teve algumas mudanças boas, a principal foi que a minha família me apoiou a voltar a estudar novamente; (educando I).

A convivência com a família melhorou, comecei a ensinar os meus filhos nas tarefas da escola e contava para eles o que tinha aprendido na noite anterior. Sentia-me valorizada como aluna novamente; (educando J).

Ao voltar a estudar me senti mais valorizada, falava com a família sobre o que aprendia no PROEJA, o curso foi muito bom; (educando K).

Outro elemento relevante da pesquisa foi constatar se o PROEJA trouxe melhorias na qualidade de vida dos educandos, conforme constatamos pelos depoimentos acima, a participação no programa ocasionou a melhoria da auto-estima do grupo, da argumentação, pois os egressos afirmam que após a inclusão no programa se sentiram mais confiantes em se exporem ao dialogar com a família, amigos e no trabalho. O apoio da família, a possibilidade de participar de atividades que até então eram nulas ou restritas e o convencimento de que estavam aprendendo e adquirindo uma qualificação contribuiu para que todos os envolvidos no programa se sentissem confiantes na possibilidade da melhoria da qualidade de vida.

Embora deva admitir que até o momento desta entrevista os educandos continuavam na expectativa de inclusão no mercado de trabalho, ainda eram notória a satisfação e o orgulho de terem participado de um programa que possibilitou o retorno à escola, a aquisição

de uma formação profissional e a comprovação que nunca é tarde para aprender. Assim compreendemos que o PROEJA é um programa que certamente irá trazer benefícios a classe trabalhadora, ao possibilitar o acesso à educação e profissionalização na perspectiva de contribuir para a inserção no mercado de trabalho, em ocupações formais e rentáveis, proporcionando aos trabalhadores a melhoria da condição de vida.

Gostariam de acrescentar algo que não foi perguntado?

No início do PROEJA, tivemos muitas dificuldades, faltou nivelamento da turma. O programa é uma excelente oportunidade de retornar a escola; (educando A).

Porque a escola não faz o encaminhamento dos alunos do PROEJA, para o mercado de trabalho, tanto para realizarem estágios e empregos? O curso deveria concentrar a carga horária em conteúdos que são aplicados no dia a dia e ter começado somente com conteúdos básicos (ferramentas básicas), o início foi muito difícil; (educando B).

Tivemos muita perda de tempo com conteúdos supérfluos, para a próxima turma deve ser pensado em concentrar mais tempo ensinando conteúdos que são aplicados na vida real, o curso pode ser mais enxuto, com menos carga horária e menos amplo; (educando C).

Não me sinto segura em atuar como técnica em informática. Faltou trabalhar mais à parte de manutenção. Teve desperdício de carga horária com conteúdos sem utilização nas atividades do dia a dia; como logaritmos (educando D).

Houve falta de encaminhamento para as empresas tanto no período de estágio, (porque o estágio foi realizado na escola), e também para emprego, a escola não se preocupa com os alunos formados pelo PROEJA; (educando E).

Perdi muito tempo de convivência com a família, lazer com os amigos. Gostaria de ter feito o estágio em uma empresa para conhecer uma realidade diferente, mas como trabalha em tempo integral e em horário comercial, tive que fazer o estágio na escola no horário noturno. Gostaria de ter feito outra coisa no estágio em vez de criar site educacional, acredito que teria aprendido mais, ir a campo em busca de novos desafios, teria com certeza, adquirido mais conhecimento na área. Tinha proposta de empresas. Faltaram mais atividades de manutenção durante o curso; (educando F).

Ocorreram alguns imprevistos durante o estágio, que ocasionaram alguns problemas nos sites em construção, mas tudo foi resolvido e concluímos, graças a Deus; (educando G).

Eu gostaria que tivesse mais aulas de manutenção e o aprofundamento do curso nesta área; (educando H).

Nada a acrescentar, para mim o curso foi bom; (educando I).

No início foi muito difícil, mas com o tempo fomos se acostumando. Gostaria de ter arrumado um emprego na área, acho que ia melhorar a renda. Durante o PROEJA, sonhava com um emprego melhor, por isso fui até o fim, mas quem sabe logo surge uma oportunidade para mim; (educando J).

Gostaria que mais pessoas na mesma condição que nós alunos desta turma, tivessem a mesma oportunidade de realizar este curso, talvez assim as pessoas tivessem mais esperanças de um futuro melhor, acho que o governo deveria se empenhar e divulgar mais estas oportunidades. Todos que não tem estudos deveriam ter a possibilidade de mudar suas vidas, com a oportunidade de aprender mais, para viver melhor; (educando K).

Vale assinalar, neste ponto, a importância que a escola tem para a classe trabalhadora – o mito da vocação, do sucesso ou fracasso escolar, que somente a escola e a educação têm

caráter transformador. Ao realizarem o PROEJA, os educandos criaram expectativas que após a conclusão do programa todos estariam inseridos no mercado de trabalho, e que financeiramente haveria melhoria da qualidade de vida.

Cabe ressaltar que se a ampliação do acesso à escola e a possibilidade da elevação da escolaridade através de programas como o PROEJA, representam ao mesmo tempo uma forma política e econômica de gerir as necessidades de uma classe trabalhadora em busca de mais conhecimentos para se inserirem e de se manterem no mercado de trabalho, está cada vez mais exigente e desafiador. Neste contexto, cada ao cidadão no decorrer de sua vida profissional buscar várias alternativas de qualificação, caso contrário estará condenado ao fracasso e a exclusão.

Frigotto, (1993, p. 46), salienta que:

O que se aprende na escola e o que é funcional ao mundo do trabalho e da produção, [...] é mais importante para a produtividade das pessoas na organização, enquanto fornecem hábitos de funcionalidade, respeito á hierarquia, á disciplina etc.

Portanto, é plenamente visível e compreensível como o PROEJA, provocou a criação de expectativas em relação à possível mudança na vida dos egressos da turma 2006/9, no que se refere à inclusão no mercado de trabalho e melhoria da qualidade de vida. A possibilidade do prolongamento da escolaridade, para esse grupo de egressos do PROEJA, efetivando uma qualificação mínima foi de extrema relevância para o ingresso no programa, a simples possibilidade da desqualificação para o trabalho, desaparece quando a escolaridade se prolonga no seu aspecto técnico-profissional e cria muitas expectativas da aquisição de um emprego com boas condições de trabalho. A escola, sem dúvida, ocupa cada vez mais um espaço de tempo na vida dos educandos, pois é através dela que surge a possibilidade da ascensão social e profissional.

Fica, portanto, notório, pelos depoimentos dos egressos, a importância que o PROEJA teve como possibilidade de profissionalização, valorização e inclusão, principalmente como possibilidade de retorno à escola e ainda formação de um novo grupo social que conviveu por um bom tempo, com os mesmos objetivos e metas. Para Frigotto, (1993, p. 28), “A classe trabalhadora interessa e busca por uma escola, que lhes dê possibilidades de acesso ao saber historicamente produzido e organizado e acumulado”. Sendo assim, quanto mais eficaz e global for o trabalho escolar, maior será o preparo dos indivíduos e maiores serão as chances de inclusão e permanência no mundo do trabalho.

Pelas falas dos egressos, verificamos que da turma pesquisada aproximadamente 72% dos egressos não tiveram o ingresso no mercado de trabalho e continuam na mesma função ou estão desempregados. Comprova-se mais uma vez que os programas de inclusão social, destinados aos Jovens e Adultos, buscam ainda o desenvolvimento da autonomia e a ampliação da liberdade para uma classe que historicamente vem ficando a mercê da sociedade. Este programa ainda não está atendendo aos interesses coletivos, de modo a diminuir as desigualdades, mas percebemos na concepção do PROEJA, fica, portanto nítido, em seus objetivos, a idéia que os jovens e adultos ao se inserirem nestes programas, terão a garantia da construção da cidadania, e a melhoria da qualidade de vida, indicava a implantação de um projeto inovador: A EJA integrada a uma formação profissional, neste caso PROEJA, com a formação profissional em informática, com muitas promessas de inclusão social e profissional. Constatamos que na prática estas possibilidades ainda não se concretizaram para a maioria dos egressos, tendo em vista que ainda continuam nas mesmas ocupações que desempenhavam antes do ingresso no PROEJA, ou ainda continuam desempregados.

Para poucos egressos, o PROEJA contribuiu para a atuação de suas atividades profissionais, visto que o programa oportunizou conhecimentos que ocasionaram mudanças estruturais no desempenho de suas funções. Estas mudanças ocorreram somente para os egressos que já estavam empregados em funções públicas, o programa possibilitou a eles, certa ascensão profissional, pois foram valorizados e atualmente atuam em atividades ligadas à formação profissional que optaram somente neste caso os egressos utilizam a informática como principal ferramenta de trabalho.

Portanto o PROEJA abriu para estes educandos, possibilidades de inserção social e profissional, mas estas mesmas possibilidades não foram devidamente reconhecidas e estão aos poucos desaparecendo, baseado nestas afirmações comprovamos por que os egressos ainda não estão inseridos efetivamente na área de formação, o que demonstra claramente a ineficiência do programa e da escola enquanto possibilidade de inclusão no mercado de trabalho. A educação neste sentido limita e nega o saber social produzido pela classe trabalhadora, quando de certa forma os ilude com a implantação de programas que na prática não tem a devida valorização pela sociedade. Verificamos que historicamente a formação pela modalidade EJA, nunca teve e talvez nunca tenha a devida valorização social, como formação e elevação da escolaridade. Certamente programas com estas características se não levados à risca, estão fadados ao fracasso e ao abandono no decorrer do tempo pelo estado e o descrédito pela classe de trabalhadores que mais necessitam.

Levando em consideração que muitos alunos de EJA/PROEJA, tem origem em quadros de desfavorecimento social, alguns educandos são provenientes de famílias desestruturadas, estes merecem consideração cuidadosa, pois trazem para a escola múltiplas experiências de trabalho, de vida e de situação social, com práticas sociais e valores já constituídos. Muitos educandos de EJA têm uma imagem pouco positiva junto aos seus filhos e amigos, no que se refere à elevação da escolarização na modalidade de educação de jovens e adultos, e nesta fase o apoio da família é indispensável, para que os mesmos se sintam valorizados e encorajados retornar à escola, sendo que as dificuldades se acentuam pelo acúmulo de atividades e a falta de hábito de freqüentar a escola.

Outro aspecto que merece consideração é a independência no que se refere ao uso da informática pelos egressos, mesmo aqueles que ainda não se inseriram no mercado de trabalho nesta área, reconhecem que o programa trouxe benefícios relacionados ao uso do computador, que atualmente é uma ferramenta básica de trabalho, mas ainda é muito pouco, tendo em vista que os objetivos do PROEJA são articular as políticas públicas de trabalho, emprego, e renda, de educação, de ciência e tecnologia, de cultura, de meio ambiente, para realizar a travessia em direção a outro mundo. Para que esta perspectiva se concretize, é necessário discutir uma política integrada de educação na modalidade de EJA que tenha possibilidade de educação continuada de cunho profissional para além da educação básica, possibilitando assim a continuidade dos estudos, em forma de educação continuada, especializações e ou atualizações em programas de participação social e cultural com possibilidade do educando aprender ao longo da vida.

Pelo fato destes egressos terem uma certificação de nível básico e técnico, dá a eles o direito de realizar inclusive concursos públicos, ou adquirir um bom posto de trabalho. Segundo Freire 1987, p. 72, “A esperança faz parte da natureza humana”. Foi sem dúvida um orgulho para este grupo de educandos ingressar num programa que tem como objetivos, ampliar as possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho em ocupações que promovam a melhoria da qualidade de vida, aumento da renda e da auto-estima por meio da elevação da escolaridade e qualificação, com certificação profissional. Segundo Krawczyk, (2005. p.800), “A educação não constitui a cidadania, mas se torna condição indispensável para que esta cidadania se constitua”.

Pela fala dos educandos, podemos citar também que a matriz curricular do curso com disciplinas e conteúdos que são desenvolvidos durante o programa, que na grande maioria não tem aplicabilidade na vida dos educandos - citamos como mo exemplo - “logaritmos” depoimento dos educandos “C e D”, a concentração de uma carga horária expressiva com disciplinas e conteúdos que devem ser avaliados quanto utilidade na formação dos educandos, confundindo os modelos curriculares do PROEJA, com os tradicionais, disciplinares e rígidos, o educando “H” salientou a falta de reforço em conteúdos como a manutenção que ao seu entender tinha carga horária insuficiente.

Através da avaliação do PROEJA, pelos depoimentos dos educandos durante a realização deste programa, percebemos que ocorreram muitas falhas. Destacamos a falta de nivelamento dos educandos no início do programa, aspecto implica investigar entre outros aspectos, os reais conhecimentos que os educandos portavam suas lógicas e estratégias de resolver situações e enfrentar desafios, como articular conhecimentos prévios produzidos no seu mundo, e pela cultura escolar, como interagem como sujeitos de conhecimento, nesta relação de múltiplos aprendizados ao longo da vida. Alguns educandos citaram também como ponto fraco do programa a falta de encaminhamento e realização dos estágios e nas empresa, tendo em vista que o estágio oportuniza o primeiro contato com o mundo do trabalho na área de formação e este primeiro contato poderia abrir as portas para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Almejamos a constituição de um novo perfil de sociedade e de homem como sujeito histórico de sua prática. É necessário que se invista largamente em educação, de forma que esta possa definir e construir um novo perfil de sociedade e de homem, para que ambos possam conviver em harmonia. Para tanto, é fundamental a alteração das políticas públicas de educação, a sua priorização como elemento constitutivo da sociedade, a definição e a liberação de recursos financeiros para a educação em todos os níveis de ensino e, principalmente, uma definição de políticas, diretrizes e ações governamentais com relação à formação e a qualificação dos indivíduos, com uma formação plena para que os mesmos tenham condições de disputar uma vaga no mercado de trabalho e remuneração justa, na perspectiva de serem inseridos e se manterem empregados.

Se as políticas públicas de educação do Brasil permanecerem da forma que estão, continuarão acentuando o processo de exclusão da escola. A forma social e política de organização e investimentos na educação atual levam alguns grupos a ter o poder de decisão sobre o ensino profissionalizante, diferenciando a aplicação das políticas públicas. Dessa forma, continuarão comprometidos com os critérios determinantes que deveriam estar vinculados ao bem comum e à melhoria das condições de vida da população. Este processo de mudanças deve ser realizado de forma consciente e acelerado. Não temos mais tempo a perder: se quisermos mudar esta realidade social, necessitamos adequar as constantes transformações do mercado do trabalho alcançadas pela implantação das tecnologias em massa, pois observamos, ainda, um grande contingente de indivíduos que ainda estão privados da participação ativa na sociedade, pois não tiveram oportunidade de escolarização e formação educacional da forma que tinham direito.

[...] a educação, uma prática social, política e técnica que se define no bojo do movimento histórico das relações sociais de produção e de existência, e com elas se articula, reduz-se a uma dimensão técnica asséptica mente separada do político e do social. A função precípua – enquanto uma técnica social – é formar recursos humanos, produzir capital humano. Uma maneira inversa de apresentar a relação entre mundo e trabalho, da produção e mundo da escola, da qualificação (FRIGOTTO, 1993, p.218).

É preciso, por isso, discutir o papel social da escola, os níveis de ensino, o currículo, os conteúdos desenvolvidos em cada série e/ou disciplina, o processo de avaliação dos alunos, a valorização e qualificação dos professores, analisá-los e adequá-los a todas as transformações sociais que acontecem diariamente.

Para que as políticas públicas de educação se tornem viáveis, é preciso que o estado promova a reformulação dos instrumentos legais que estão em curso de acordo com as diretrizes estabelecidas de forma transparente e democrática, com vistas a tornar as ações em benefício da educação profissional; permanentes e consistentes. Há ainda a necessidade de se estabelecer uma articulação perene da educação profissional e tecnológica com a educação básica [...]. Daí impõe-se a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores, cujos esforços devem agregar os princípios e fundamentos da educação básica que articulem cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condições de cidadania e democracia efetivas [...] (MEC, 2004, p. 44 e 45).

Compreendemos que o PROEJA deve ser um programa que traga benefícios à classe trabalhadora ao possibilitar o retorno à escola e uma formação humana e profissional, elevando dessa forma o nível de escolaridade de uma população historicamente excluída do sistema educacional. Entendemos também que o programa deve visar à inserção destes jovens e adultos em atividades comunitárias no sentido de inseri-los mais efetivamente na sociedade, com condições de usufruir os direitos de cidadãos em condições igualitárias aos demais.

A reconstrução e construção de matrizes curriculares devem ser realizadas observando às necessidades da contextualização frente à realidade dos educandos, promovendo desta forma a valorização dos saberes já adquiridos em espaços de educação não formal, além de respeitar a diversidade cultural.

Ainda em relação aos conteúdos desenvolvidos durante o PROEJA, nota-se que na sua grande maioria estes se tornam obsoletos e dispensáveis na sua prática profissional. Será que não está na hora de repensar e discutir com toda comunidade escolar, o que é indispensável para que os mesmos tenham uma formação com competências e habilidades que realmente tenham aplicabilidade e que os estimulem a continuar aprendendo por toda a vida?

No depoimento dos educandos, ficou evidente o despreparo dos educadores que habitualmente atuam somente no ensino regular e que não são plenamente capacitados para atuar neste programa, dificultando o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e contribuem para a evasão escolar, o que não torna a educação formal mais acessível para a população que dela necessita. É necessário que os educadores tenham acesso à formação continuada, voltada à área que incida sobre o PROEJA. Professores que agem como educadores atuam como mediadores e articuladores da produção coletiva do conhecimento, devem acima de tudo estar comprometidos com uma proposta criativa, para acolher os educandos com todas as suas angústias e ansiedades, reflexos do retorno à escola. “Assim a educação [...] deve compreender que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, tem nome, rostos, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas. O que significa que a educação precisa levar em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem” (Brasil, 2006, p.17).

A baixa auto-estima, a falta de capacidade de argumentação, a consciência corporal - estética e ética dos alunos, devem ser trabalhadas em componentes curriculares de oferta obrigatória, porém de frequência facultativa pelos educandos preferencialmente com atividades que envolvam momentos de constituição de grupos homogêneos e heterogêneos para desenvolver com flexibilidade criativa esta distinção, de modo a propiciar a integração dos diferentes grupos. Esta alteração no comportamento do educando é percebida logo na família, conforme depoimentos, citados já no decorrer do programa, houve melhoria na convivência dos egressos com seus familiares e amigos.

Verificamos que após o seminário de avaliação, a participação ativa dos educandos na produção de conhecimentos tornou-se estímulo cotidiano para a superação das dificuldades, desenvolvendo a consciência do valor da elevação da escolaridade e da qualificação profissional e a oportunidade do retorno à escola de forma gratuita.

Para que estas ações se concretizem na prática é necessário que de imediato se façam mudanças nas ações pedagógicas da escola, produzindo transformação inclusive nas atitudes dos professores, de modo a contemplar de melhor forma possível o desenvolvimento de ações que estimulem os educandos e que a escola se torne um ambiente de compreensão dos processos educativos com qualidade, que possibilitem apontar novas maneiras de ensinar e de construir o conhecimento de forma cooperativa que levem o educando a emancipação e a real inserção no mercado de trabalho.

Portanto, ficou evidente que todos os programas de educação de Jovens e Adultos, devem ser discutidos e elaborados com características e princípios que oportunizem de fato a inclusão, que rompam com a lógica das demandas sociais específicas, que a educação seja

privilégio de todos e a qualquer tempo, que possibilitem aos cidadãos a participação ativa na construção da sociedade democrática e que os direitos ao acesso a educação sejam para todos que de fato dela necessitam e que esta atenda as exigências mínimas solicitadas pelo mercado de trabalho.

Os dados são reveladores de que a ascensão social através de programas como o PROEJA é uma utopia e que talvez só uns poucos, num lance de “sorte”, podem emergir de sua condição de classe, para conquistar uma ocupação melhor no mercado de trabalho.

A garantia que a escola auxilia na qualidade de vida dos educandos é através do acesso aos bens culturais. Se ela existe para oportunizar a todos, uma educação de qualidade e para preparar para o mercado do trabalho, por que há tantos e sucessivos fracassos em programas oferecidos aos jovens e adultos, se estes mesmos educandos tem carência e urgência de melhorar sua posição profissional, a qual cada vez está mais restrita?

A escola ainda continua sendo a mais eficiente forma de legitimar a nossa sociedade capitalista, pois através dela se realiza a seleção, onde os mais capazes ocupam as posições mais relevantes associadas às recompensas mais elevadas. Para os excluídos, é natural que os educandos depositem na escola toda a confiança da melhoria de sua condição social e conseqüentemente as frustrações de não ter concretizado esse objetivo.

Acreditamos que a mudança ainda é possível, desde que haja políticas públicas eficientes para garantir efetivas mudanças pedagógicas que associem a teoria e a prática de modo a garantir a motivação e permanência do educando na escola e que os conduzam a sucessivos programas de formação continuada com o objetivo possibilitar a necessidade de aprender por toda a vida. O ideal seria que a escola estivesse de portas abertas para todos de forma igualitária para que possa contribuir para a melhoria da condição social de todos que realmente necessitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADIFERS. Seminário de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Final**. Porto Alegre. 2004. 35 p.

ARROYO, Miguel G. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BANCO MUNDIAL. **Educação primária**. Documento de política do Banco Mundial, Washington: D.C. 1992.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades e estratégias de educação**: a Word Bank sector review. Washington: D.C.(mimeo). 1995.

BERGER. Rui Leite Filho. **Educação Profissional no Brasil**. Revista Anglo Americano de Educação. OEI: 50 anos de cooperação. Nº 20. Maio-agosto, 1999. Disponível em: WWW.rieoei.org

BRASIL. **Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília DF: D.O.U. de 22/12/1996.

BRASIL. **Lei Federal Nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, DOU de 30/12/2008.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer nº 39**, de 08 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer nº 11**, de 05 de maio de 2000. Estabelece as Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Decreto nº. 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 24 jul. 2004.

BRASIL. **Decreto nº. 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar**. 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2005.

BRASIL. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica - MEC/SETEC. Brasília: DF. 2004. 52 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Jovens e Adultos: **Documento Base**. Brasília: MEC, fev. 2006.

BONETTI, Lindomar Wessler. (org). **Educação, exclusão e cidadania** (orgs), DREWS, Sônia Beatriz Teles. As Políticas Públicas de Educação Escolar no Brasil. Ijuí RS: UNIJUI. 1997. 2008 p.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada**: a escola e o trabalhador. São Paulo: Cortez. 2005.

CORREIA, Arlindo Lopes. **Educação de Massa e Ação Comunitária**. Rio de Janeiro. AGGS/ Mobral. 1979. 472 p.

DE TOMMASI, Lívia. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio. (org) **O Banco Mundial e as Políticas Públicas Educacionais**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. 279 p.

DEL PINO, Mauro A. **A formação Integral dos Jovens e Adultos**: Uma discussão sobre os princípios pedagógicos do PROEJA. Pelotas RS: UFPel: Universitária. 2007. 18p

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em Pesquisas Qualitativas**. Educar. Curitiba, PR. UFPR. p. 213-225. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 123 p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

_____. **Educação e Mudança**. 14ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 79 p.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários á prática educativa. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, Marinaide, Lima de Q. **A Educação de Jovens e Adultos – EJA e o ensino profissionalizante ontem e hoje**. Quais as perspectivas. UFAL/SEMED. Disponível em: WWW.edu.ufal.br/posgraduação

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 5ª edição. São Paulo: Cortez. 1993. 235 p.

_____. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. Gênese do Decreto Nº 5154 de 2004. Um debate no contexto controverso da democracia restrito. Trabalho Necessário, Ano 03, Nº 03. 2005.

_____. Educação e Crise no Capitalismo Real. São Paulo: Cortez. 1996.

FRIZZO, Marisa Nunes. **As Políticas Públicas e a Formação do Professor**. In Bonetti, Lindomar Wessler (org). Educação e Exclusão e Cidadania. Ijuí, RS. Unijuí. 2003. p. 79- 92.

FORUM NACIONAL DA ESCOLA PUBLICA. **Propostas emergenciais para mudanas na Educao Brasileira**. Seminrio de Trabalho. Documento Final. Braslia. Df. 18 a 21/02/2003.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e Educao**. In SILVA. Escola S/A. Braslia: Confederao Nacional dos Trabalhadores de Educao. 1996. p.09 - 49.

_____. FRIGOTTO, Gaudencio. (orgs). **A Cidadania Negada**. Grupo de Trabalho: Educaci3n, trabajo y exclusi3n social. Buenos Aires, Argentina. CLACSO. Setembro de 2000. 275 p. FRIGOTTO, Gaudencio. GENTILI, Pablo. **Educao e Crise do trabalho**. 4ª edio. S3o Paulo: Vozes. 2000. 230 p.

_____, Gaudencio. **Educao e Crise do trabalho**. 4ª edio. S3o Paulo: Vozes. 2000. 230 p.

HADDAD, Sergio. (coord), A.C.Souza. **Educao de Jovens e Adultos no Brasil. (1986-1998)**. S3o Paulo: Ao educativa. 2000. 140 p.

_____, S3rgio. **A Ao dos Governos Locais na Educao de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educao. V. 12, n3 35, maio/agosto de 2007. p.197 - 209.

_____, S3rgio. **A educao de Jovens e Adultos 3 um direito humano**. Jornal Brasil de Fato. 9 a 15 de fevereiro. S3o Paulo. 2003. p.06.

KRAWCZYK, Nora Ruth. **Políticas de Regulao e Mercantilizao da Educao: Socializao para uma nova cidadania?** Revista Educao e Sociedade, vol. 26, n3 92. out. 2005. p .799-819.

KUENZER, Ac3cia. **Ensino M3dio e Profissional: As pol3ticas do Estado Neoliberal**. S3o Paulo. Cortez. 1997. 104 p.

LOMBARDI, Jos3 Claudinei. SAVIANI, Dermival. SANFELICE, Jos3 Luis (orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educao**. 3ª Ed. Campinas, SP. Autores Associados. 2005. 32 p.

LEITE. Domingos Leite Lima Filho. **Impactos das Recentes Pol3ticas P3blicas de Educao e Formao de Trabalhadores: Desescolarizao e Empresariamento da Educao Profissional**. *Perspectiva: Revista do Centro de Ci3ncias da Educao*, Florian3polis: V. 20, N. 2, Jul./dez., 2005.

MACHADO, Luc3lia R. de Souza. **Educao e Divis3o do Trabalho**. 2ª edio. S3o Paulo. Cortez. 1989. 152 p.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educao Profissional no Brasil**. S3o Paulo: Cortez, 2002. 321 p.

MINAYO. Maria Cec3lia de Souza. **Pesquisa Social. Edio temas Sociais**. 79 p. Petr3polis. Vozes. 14ª edio. 2004.79 p.

MOURA, Dante Henrique. **EJA: Formação técnica integrada ao ensino médio.** In: EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro: setembro de 2006 a. _____ . O PROEJA e a rede federal de educação profissional e tecnológica. In:

MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores jovens e adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 3ª edição. Maceió: EDUFAL, 2004.

OLIVEIRA, Ramon. **O Banco Mundial e a Educação Profissional.** Informativo Senac. Disponível em: www.senac.br/informativo

QUARESMA, Manoel, **O PROEJA no CEFET-PA: entre a concepção e a implementação.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UNB. Brasília: Outubro de 2007. 153 p.

TORRES, Rosa Maria. **Melhorar a qualidade da educação básica? Estratégias do Banco Mundial.** HADDAD, Sérgio.(org) **O Banco Mundial as Políticas Públicas Educacionais.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 125-193.

ANEXOS

ANEXO A

Questionário de avaliação final do programa

Escola Agrotécnica Federal de Sertão RS

Caros alunos!

Em função da conclusão das disciplinas técnicas e a necessidade de realizarmos uma avaliação das atividades desenvolvidas no decorrer do curso, solicitamos a gentileza de preencherem o questionário abaixo:

1) Faixa etária:

18 a 25 anos 26 a 30 anos mais de 30 anos

2) Estado civil:

casado solteiro divorciado/separado

3) Sexo:

masculino feminino

4) Escola de origem:

Estadual Municipal Federal Particular

5) Modalidade de ensino cursada:

supletivo EJA regular

6) Ao ingressar no programa:

não trabalhava já trabalhava

7) Trabalha atualmente:

sim. Profissão:

não

8) Coincidência do ramo de trabalho com a habilitação do curso:

não coincide coincide

9) Renda mensal da família:

R\$ 350,00 a R\$ 500,00

R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00

mais de R\$ 1.000,00

10) Capacidade de adaptação aos conteúdos desenvolvidos:

muito boa boa regular ruim

11) Problemas de desempenho:

leitura problemas pessoais dificuldade com conteúdo
 falta de base cansaço horário das aulas
 dificuldade linguagem professor dificuldade de se expressar

12) Pontos positivos do curso:

professores laboratórios aulas dadas relacionamento c/ colegas

13) Expectativas futuras:

melhoria de emprego melhoria salarial exercício da cidadania
 prosseguimento dos estudos

14) Considera o seu rendimento nas disciplinas:

muito bom bom regular ruim

15) Pontos positivos dos alunos da turma:

esforço afetividade com os professores e com os colegas
 solidariedade com os colegas valorização da oportunidade
 participação vontade de aprender experiência de vida

16) Pontos ainda serem trabalhados:

timidez socialização liderança
 auto-estima escrita insegurança

17) O crescimento pessoal melhorou a convivência entre amigos e familiares:

sim não não sabe

18) Satisfação em relação ao curso:

muito boa boa razoável

19) Recomendaria o curso a alguém?

sim não

20) A auto-estima atual comparando quando ingressou no curso:

melhorou continua a mesma não sabe opinar

ANEXO B

Roteiro de Entrevista com alunos concluintes do PROEJA na EAFS/RS RS.

- 1) Qual é o seu nome?
- 2) Quantos anos você tem?
- 3) Ingressou no PROEJA com que idade?
- 4) Porque você resolveu entrar no PROEJA?
- 5) Você se arrepende de ter feito o PROEJA? Por quê?
- 6) Admite que houve crescimento pessoal e profissional? Explique:
- 7) O PROEJA influenciou na aquisição de um novo emprego?
- 8) Você recomendaria o PROEJA para alguém? Por quê?
- 9) Pretende continuar estudando?
- 10) “Depois do PROEJA, o que mudou na sua atuação profissional?”
- 11) Que melhorias ocorreram na qualidade de sua vida e de seus familiares após o PROEJA?
- 12) Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)